

Ana Catarina Neves da Silva



**DO ACOLHIMENTO À AUTONOMIZAÇÃO: COMPETÊNCIAS DE VIDA
DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS.**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2018

Ana Catarina Neves da Silva



**DO ACOLHIMENTO À AUTONOMIZAÇÃO: COMPETÊNCIAS DE VIDA
DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS.**

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2018

Ana Catarina Neves da Silva

**DO ACOLHIMENTO À AUTONOMIZAÇÃO: COMPETÊNCIAS DE VIDA
DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS.**

(Ana Catarina Neves da Silva)

Dissertação apresentada à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em
Criminologia, sob orientação da Professora
Doutora Ana Sacau.

Porto, 2018

Resumo

O presente estudo foi realizado com o objetivo de compreender quais as competências de vida dos jovens institucionalizados, em situação de pré-autonomia e com idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos. A amostra foi recolhida em Lares de Infância e Juventude do Porto. Tendo em conta a escassez de estudos sobre as competências de vida de jovens institucionalizados, esta dissertação incidiu-se na vertente da autonomização e na realização de programas de autonomia de vida pelas instituições. Os objetivos do presente estudo centraram-se na análise de diferenças significativas nas competências de vida entre rapazes e raparigas, em perceber quais os medos experienciados pelos jovens em relação ao seu futuro e quais as lacunas existentes nestes programas de autonomia de vida realizados pelas instituições.

Após a aplicação da Escala de Competências de Vida (Gonçalves et al., 2016) aos participantes, realizou-se uma primeira caracterização da população relativamente às subescalas que compõem a escala. Verificou-se que, de forma geral, não existiam diferenças significativas relativamente ao género, idade, idade da primeira institucionalização, frequência escolar e situação profissional, nas subescalas referidas.

Palavras-chave: competências de vida; autonomia; jovens institucionalizados; lares de infância e juventude.

Abstract

The present study was conducted with the objective of understanding the life skills of institutionalized youths, in a situation of pre-autonomy and aged between 17 and 21 years. The sample was collected in children's homes and youth in Porto. In view of the scarcity of studies on the life skills of institutionalized youths, this dissertation focused on the autonomy and the realization of programs of life independence by the institutions. The objectives of the present study were focused on the analysis of significant differences in the life skills among boys and girls, in perceiving the fears experienced by young people in relation to their future and what gaps exist in these programs of life autonomy carried out by the institutions.

After the application of the Escala de Competências de Vida (Gonçalves et al., 2016) to the participants, a first characterization of the population was performed in relation to the subscales that compose the scale. It was found that, in general, there were no significant differences regarding gender, age, age of first institutionalization, school attendance and professional situation in the aforementioned subscales.

Keywords: life skills; autonomy institutionalized youths; childhood and youth homes.

Agradecimentos

Uma dissertação de mestrado caracteriza-se pelo longo caminho a percorrer, sendo este premiado com alegrias, tristezas, decepções, incertezas e inúmeros desafios... Mas ao longo deste percurso, temos o privilégio de contar com o apoio de pessoas que nos encaminham no rumo certo e nos acompanham no processo.

Especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Ana Sacau, que me recebeu de braços abertos e sempre acreditou em mim, agradeço a exemplar orientação pautada por críticas construtivas e rigor científico. Pela paciência, dedicação e motivação que foram fundamentais para a realização deste estudo. Muito obrigada!

Aos meus pais, irmão e namorado, pelo apoio incondicional e por nunca duvidarem das minhas capacidades. Por estarem sempre presentes e por não me deixarem desistir.

Por fim, mas não menos importante, às instituições e aos jovens que aceitaram participar neste estudo, pela disponibilidade para que eu entrasse na “vossa” casa.

Lista de abreviaturas

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

LIJ – Lar de Infância e Juventude

UE – Unidade de Emergência

LPCJ – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

CRP – Constituição da República Portuguesa

CCP – Código Civil Português

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CLS – *Casey Life Skills*

SILO - *Supervised Independent Living Orientation*

SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*

Índice

Introdução.....	12
Enquadramento teórico.....	14
Capítulo I – Promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.....	15
1.1. Enquadramento legal: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	17
1.2. Caracterização das instituições e suas dinâmicas de funcionamento.....	20
1.2.1. Unidade de Emergência.....	21
1.2.2. Centro de Acolhimento Temporário.....	21
1.2.3. Lar de Infância e Juventude.....	22
Capítulo II – A intervenção na transição para a vida adulta nas instituições de acolhimento.....	27
2.1. Programas de autonomia de vida.....	40
2.1.1. Apartamentos de autonomização.....	43
Estudo Empírico.....	45
Capítulo III – Metodologia da Investigação.....	46
3.1. Objetivos do estudo.....	46
3.2. Método.....	46
3.3. Descrição da amostra.....	46
3.4. Instrumento de recolha de dados.....	48
3.5. Procedimento.....	49
3.6. Apresentação e análise de resultados.....	51
3.6.1. Análise descritiva dos itens de cada subescala.....	51
3.6.2. Análise de diferenças das subescalas em função das características sociodemográficas.....	60
3.7. Discussão de resultados.....	64
Conclusão.....	68
Referências Bibliográficas.....	70
Anexos.....	78

Índice de figuras

Figura 1 – Modelo de Intervenção do Sistema de Promoção e Proteção - Estrutura Piramidal.....	19
Figura 2 – Esquema conceptual do percurso de acolhimento.....	25
Figura 3 – Pirâmide de necessidades de Maslow.....	28

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Saída do acolhimento.....	23
---------------------------------------	----

Índice de tabelas

Tabela 1 – Idade da primeira institucionalização	48
Tabela 2 – Descritivos por subescala.....	51
Tabela 3 – Descrição dos itens da subescala “Vida Diária”.....	52
Tabela 4 – Descrição dos itens da subescala “Competências de Autocuidado”.....	53
Tabela 5 – Descrição dos itens da subescala “Relacionamento e Comunicação”....	54
Tabela 6 – Descrição dos itens da subescala “Habitação e Gestão de Dinheiro”.....	56
Tabela 7 – Descrição dos itens da subescala “Planeamento da Carreira e Educação”.....	57
Tabela 8 – Descrição dos itens da subescala “Trabalho e Estudos”.....	58
Tabela 9 – Descrição dos itens da subescala “Projeção do Futuro”.....	60
Tabela 10 – Análise das subescalas em função do género.....	61
Tabela 11 – Análise das subescalas em função da situação profissional.....	61
Tabela 12 – Análise das subescalas em função da frequência de ensino.....	62
Tabela 13 – Análise das subescalas em função da idade.....	62
Tabela 14 – Análise das subescalas em função da idade da primeira institucionalização.....	63

Introdução

Em Portugal, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens em situação de perigo, garantindo o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Lei n. °147/99, de 1 de setembro). No ano de 2017, de acordo com o relatório Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (CASA) 2017, foram sinalizadas 3.918 crianças ou jovens em situação de perigo, nomeadamente: negligência (2.627), maus tratos psicológicos (400), maus tratos físicos (175), abuso sexual (40) e outros (676) (Instituto Segurança Social, 2018).

Uma das medidas executadas aquando o perigo eminente da criança ou jovem, é o acolhimento em instituições próprias, sendo deixados ao cuidado de Lares de Infância e Juventude (LIJ) ou de Centros de Acolhimento Temporário (CAT). De acordo com o relatório de CASA 2017, encontravam-se em situação de acolhimento 7.553 jovens apresentando assim um decréscimo de 8% face ao ano anterior (8.175 jovens) sendo que, 2.857 cessaram a medida de promoção e proteção (Instituto da Segurança Social, 2018).

Contudo, os LIJ enfrentam atualmente um enorme desafio no desenvolvimento de competências com vista à autonomização futura dos jovens que acolhem, destinando-se este programa a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos. A promoção da autonomia em jovens institucionalizados deve ter por princípio a própria condição dos jovens, conhecer o seu passado e tentar aferir o que representa desequilíbrio na sua vida, preparando-os através da aquisição de conhecimentos básicos para uma vida independente. No entanto, num estudo elaborado por Jones (2014) sobre as perspetivas de jovens ex-institucionalizados, foi possível verificar que dos jovens inquiridos, 15% afirma que após o término do programa para autonomia de vida não se sentiram preparados para enfrentar uma vida independente, revelando problemas na gestão de dinheiro. Relativamente aos pontos negativos relacionados com o programa, 17% afirma que deveria existir uma melhor formação sobre como gerir o dinheiro e 12% referiu a necessidade de adquirir competências básicas como mudar a morada (Jones, 2014).

Deste modo, torna-se essencial perceber, através da perceção de jovens institucionalizados e a frequentar o programa de autonomia de vida, de que modo o mesmo poderia melhorar, quais são as necessidades latentes destes jovens que se encontram em transição para a vida independente e se existem diferenças significativas em relação ao género.

Relativamente à estrutura do trabalho, o primeiro capítulo diz respeito ao enquadramento teórico e dedicar-se-á à análise do processo de institucionalização e seu impacto no desenvolvimento das crianças e jovens. Nesta revisão de literatura procurou-se mostrar os efeitos positivos e negativos que a institucionalização acarreta para o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. O segundo capítulo, diz respeito à exploração dos fenómenos associados à construção dos projetos de vida, bem como das influências que sofrem. O terceiro capítulo é dedicado à metodologia, mais especificamente à definição dos objetivos e das questões de investigação, às medidas utilizadas durante a mesma, à caracterização da amostra, aos procedimentos de recolha e análise de dados e aos aspetos éticos envolvidos.

Por último, apresentam-se os resultados obtidos e realiza-se a respetiva discussão dos mesmos.

Enquadramento teórico

Capítulo I – Promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.

No final do século XX, de acordo com Silva (2004), as crianças ganharam maior atenção, cuidados e proteção especiais, tornando-se possuidoras de direitos inalienáveis. A evolução na legislação inerente à proteção de crianças e jovens tem sofrido uma evolução significativa até aos dias de hoje e os seus direitos encontram-se decretados legalmente quer a nível nacional como internacional. Relativamente ao nível internacional, em 1989 é aprovada pela ONU a Convenção sobre os Direitos da Criança, onde passaram a ser reconhecidos os direitos fundamentais, nomeadamente: os direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais de todas as crianças (Unicef, 2018). É no seu artigo 3.º que se afirma que todas as decisões tomadas devem ter em conta o superior interesse da criança e o “(...) Estado deve garantir à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer”. Contudo, no artigo 12.º é reforçado que:

Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. (Unicef, 2004, p.10)

Assim, o Estado deve garantir proteção à criança e ao jovem privado do seu ambiente familiar e zelar para que o mesmo possa beneficiar de cuidados adequados em instituições apropriadas, tendo em conta a origem cultural da criança, como se observa no artigo 39.º da Convenção sobre os Direitos da Criança:

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si própria e a dignidade da criança. (Unicef, 2004, p.25)

Para a promoção e proteção eficaz dos direitos, a Convenção sobre os Direitos da Criança assenta em quatro pilares basilares: a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e desenvolvimento e a opinião da criança (Unicef, 2018). É possível ainda verificar que a Convenção se encontra dividida em quatro categorias de direitos: direito à sobrevivência, direito relativo ao desenvolvimento, direito à proteção e direito de participação. Deste modo, para que a Convenção sobre os Direitos da Criança

seja eficiente, os quatro pilares suprarreferidos encontram-se relacionados com os direitos da criança mencionados anteriormente.

Apesar de em 1989 as Nações Unidas aprovarem a Convenção sobre os Direitos da Criança, apenas em 1990 é que esta convenção foi ratificada em Portugal.

No domínio nacional, a Constituição da República Portuguesa (CRP) ou o Código Civil Português (CCP) são os alicerces da proteção de crianças e jovens. A CRP, sendo o documento orientador e basilar da sociedade portuguesa, assume a obrigação de proteger os cidadãos portugueses, delegando ao Estado a “(...) proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal (...)” (CRP, n.º 2 do art.º 69), devendo este intervir sobretudo em situações de abandono, discriminação, de opressão e abuso de autoridade. Já o CCP, um diploma que reúne um conjunto de regras que regulam a sociedade, possui o direito de família consagrado no seu quarto livro, abordando temas num ramo mais específico que é o direito privado. O direito da família aborda diversas áreas, como o funcionamento das relações familiares e, consequentemente, os direitos reconhecidos à criança.

Durante séculos, a intervenção em crianças e jovens em Portugal foi regida pela proposta de Lei n.º 266/VII, de 7 de abril de 1999, baseada num modelo protecionista (Alves, 2007), em que o Estado era responsável por educar e tratar todas as crianças e jovens em risco. No entanto, em 1996 constituiu-se uma Comissão interministerial para o estudo da articulação entre os Ministérios da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social, iniciando-se assim uma reforma política e legislativa na matéria de infância e juventude em risco (Alves, 2007). Através desta Comissão, surgiram propostas da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Segundo Alves (2007), a Lei Tutelar Educativa realiza uma intervenção a nível do sistema de justiça, onde o Estado tem como missão educar os jovens para as normas e os valores jurídicos fundamentais à vida em sociedade, enquanto que a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo tem uma intervenção a cargo do sistema de solidariedade e segurança social.

Atualmente, proteger as crianças e jovens em situação de perigo é considerado um dever público, atuando através de medidas de proteção de menores que consistem na prevenção, deteção, intervenção e reabilitação da criança ou jovem vítima de qualquer tipo de maus-tratos. Contudo, para Gomes (2010) ainda um longo caminho é necessário

percorrer para que os direitos inerentes às crianças sejam respeitados na sua íntegra. Deste modo, com vista à proteção e promoção dos direitos da criança, existem vários tipos de medidas de intervenção aplicáveis aquando a situação de perigo se verifica, sendo estas estabelecidas pela Estado, como é caso da medida de apoio junto de família, o acolhimento familiar, o acolhimento institucional e a adoção.

1.1. Enquadramento legal: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Em Portugal, a autoridade especial de proteção da infância e juventude – Instituto de Segurança Social, reúne os princípios e as normas elencadas nos diversos diplomas ratificados pelo Estado Português, nomeadamente: a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Código Civil Português, a Constituição da República e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lourenço, 2014).

A lei n.º 147/99, de 01 de setembro, conhecida como Lei de Proteção de Crianças e Jovens, caracteriza o seu objetivo no artigo primeiro, sendo este garantir o bem-estar e o desenvolvimento da criança ou jovem, promovendo os direitos e protegendo os mesmo de situações de perigo. Deste modo, considera-se que a criança ou jovem se encontra em situação de perigo quando os pais, representantes legais ou quem detenha a guarda do menor, coloque em risco a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, em pelo menos uma das seguintes situações (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 3.º n.º 2):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Esta sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

No ano de 2017, de acordo com o relatório CASA 2017, foram sinalizadas 3.918 crianças ou jovens em situação de perigo, nomeadamente: negligência (2.627), maus tratos psicológicos (400), maus tratos físicos (175), abuso sexual (40) e outros (676) (Instituto Segurança Social, 2018).

Para que a intervenção seja a mais adequada, existem princípios orientadores que devem ser seguidos (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 4.º), nomeadamente:

- a) Interesse superior da criança e do jovem – intervenção baseada na prioridade de interesses e direitos da criança e do jovem;
- b) Privacidade – respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva de vida privada;
- c) Intervenção precoce – intervenção realizada logo que a situação seja conhecida;
- d) Intervenção mínima – intervenção realizada apenas pelas entidades competentes;
- e) Proporcionalidade e atualidade – Intervenção adequada à situação em que a criança se encontra;
- f) Responsabilidade parental – necessidade que os pais assumam os seus deveres para com a criança ou jovem;
- g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas – preservação das relações afetivas de grande significado para o desenvolvimento saudável da criança ou jovem;
- h) Prevalência da família – preferência por medidas que contemplem a integração em família;
- i) Obrigatoriedade da informação – os pais, representantes legais, a criança ou o jovem devem ser informados sobre os seus direitos, bem como o motivo da aplicação de medida e como esta se processa;
- j) Audição obrigatória e participação – direito a ser ouvidos e a participar nos atos de promoção dos direitos e proteção;

- k) Subsidiariedade – intervenção realizada sucessivamente pelas entidades competentes.

De acordo com os princípios acima enumerados, mais concretamente o princípio da subsidiariedade, a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo é organizado num sistema piramidal com vista à desjudicialização da intervenção (Alves, 2007) como se pode verificar na figura 1.



Figura 1. Modelo de Intervenção do Sistema de Promoção e Proteção - Estrutura Piramidal (CNPDP CJ, 2018)

As medidas de promoção de direitos e de proteção, de acordo com o artigo 34.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, tem como finalidade os seguintes pontos:

- a) Afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontram;
- b) Proporcionar condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

Determinadas pelas entidades competentes, estas medidas podem ser divididas em duas categorias: meio natural de vida e regime de colocação. Relativamente às medidas executadas em meio natural de vida, estas podem ser: apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, educação parental, apoio à família, confiança na pessoa idónea e apoio para autonomia de vida.

Quanto às medidas aplicadas em regime de colocação, estas são divididas em acolhimento familiar e acolhimento residencial.

Conforme o artigo 38.º da Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, a aplicação das medidas suprarreferidas é da competência exclusiva da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos tribunais, à exceção da medida de confiança na pessoa idónea que é de competência exclusiva dos tribunais.

Contudo, no artigo 9.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, é identificada uma limitação inerente à concretização dos objetivos das CPCJ's, nomeadamente:

A intervenção das comissões de proteção das crianças e jovens depende, nos termos da presente lei, do consentimento expreso e prestado por escrito dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso.

Deste modo, sempre que os pais ou representante legal não autorizarem a intervenção, ou se a própria criança com idade superior a 12 anos não consentir¹, o caso passará para a competência dos tribunais.

1.2. Caracterização das instituições e suas dinâmicas de funcionamento.

Tendo em conta a temática da presente dissertação, torna-se fundamental explorar o acolhimento residencial como medida de promoção e proteção. Em Portugal, segundo Alves (2007), a reforma do sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens teve início na década de oitenta. Atualmente, tem-se assistido às constantes readaptações e melhoramentos no funcionamento das instituições, de forma a tornarem-se espaços adequados para proporcionar às crianças e jovens em acolhimento residencial uma integração na sociedade apoiada numa vertente educativa e uma vida o mais próxima possível da vida em meio familiar.

Assim, a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro caracteriza o acolhimento residencial o artigo 45.º como uma medida de promoção e proteção que “consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade (...) que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”

O acolhimento residencial, em Portugal, é definido como uma medida de último recurso, de carácter transitório, salvaguardando o interesse superior da criança e removê-

¹ A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, no artigo 10.º alínea 1) refere: “A intervenção das entidades referidas nos artigos 7.º e 8.º depende da não oposição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos.”

la da situação de perigo em que se encontra, de acordo com os princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança (Carvalho, 2013).

De forma teórica, o sistema nacional de acolhimento apresenta três tipos de respostas sociais: o acolhimento de emergência, o acolhimento temporário e o acolhimento de caráter prolongado (Alves, 2007; Reis, 2009).

1.2.1. Unidade de Emergência.

O acolhimento de emergência é efetuado em Unidades de Emergência (UE), sendo uma resposta social que permite, por um período não superior a 48h, o acolhimento de crianças ou jovens dos 0 aos 18 anos que se encontrem em situação de perigo iminente e não possam permanecer junto da família (Alves, 2007). Posteriormente, a criança ou jovem será encaminhada para a família ou para acolhimento residencial, de acordo com a especificidade de cada situação. Este tipo de acolhimento disponibiliza à criança ou jovem a satisfação das necessidades básicas.

De acordo com o relatório CASA 2017, 58 crianças ou jovens encontravam-se em Unidades de Emergência no ano referido, sendo que 394 crianças ou jovens necessitaram de procedimento de urgência (Instituto da Segurança Social, 2018).

1.2.2. Centro de Acolhimento Temporário.

O acolhimento temporário realiza-se em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e destina-se a crianças ou jovens em perigo com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 50.º), pressupondo uma duração não superior a seis meses. Contudo, o prazo de acolhimento pode ser excedido por razões justificadas, nomeadamente quando se verifica a possibilidade de retorno à família ou enquanto decorre o diagnóstico da respetiva situação em que se encontra a criança ou jovem (Instituto de Segurança Social, 2006). Este tipo de resposta social tem como principal finalidade garantir o alojamento de forma temporária, assegurar as necessidades básicas de cada criança ou jovem, possibilitar a intervenção junto da família de origem, fornecer apoio socioeducativo de acordo com a idade e características pessoais, elaborar diagnósticos individuais e definir projetos de vida adequados à criança e jovem.

Segundo o relatório CASA 2017, encontravam-se em CAT 1.892 crianças ou jovens, revelando um decréscimo significativo em relação ao ano anterior, que apresentava 2,048 crianças ou jovens em CAT (Instituto da Segurança Social, 2018).

1.2.3. Lar de Infância e Juventude.

Quanto ao acolhimento de carácter prolongado, este é aplicado quando a integridade da criança ou jovem é colocada em perigo. Mediante diagnóstico prévio, a criança ou jovem poderá ser colocada em acolhimento residencial em Lares de Infância e Juventude (LIJ), em adoção ou ainda em famílias de acolhimento. O carácter prolongado do acolhimento residencial é aplicado em crianças ou jovens em perigo, dos 0 aos 18 anos² ou até aos 21 caso o jovem solicite a continuação da intervenção. As instituições de acolhimento devem proporcionar um ambiente o mais familiar possível (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 53.º) e serem o impulsionador do desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens.

Deste modo, está previsto no artigo 58.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro os direitos inerentes às crianças e jovens que se encontrem acolhidos em instituição:

- a) Manter contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sendo estes contactos de foro privado;
- b) Receber educação que garanta o desenvolvimento integral da personalidade do jovem;
- c) Possuir um espaço de privacidade e um grau de autonomia que permita conduzir a sua vida pessoal;
- d) Ser ouvido e participar ativamente em todos os assuntos de seu interesse;
- e) Receber dinheiro de bolso;
- f) A inviolabilidade da sua correspondência;
- g) Não ser transferido de casa de acolhimento, salvo se esse for o seu interesse;
- h) Contactar, de forma confidencial, o Ministério Público, o seu advogado ou a comissão de proteção;
- i) Ser acolhido, se possível, em casa de acolhimento próxima do seu contexto familiar;

² A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro considera, no artigo 5º alínea a), "Criança ou jovem — a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos".

- j) Não ser separado de outros irmãos acolhidos, salvo se o seu interesse superior desaconselhar.

Em Portugal, o número de crianças e jovens a quem se aplica a institucionalização como medida de proteção e promoção dos seus direitos, continua elevado. De acordo com o relatório CASA 2017, encontravam-se em situação de acolhimento 7.553 jovens apresentando assim um decréscimo de 8% face ao ano anterior (8.175 jovens) sendo que, 2.857 cessaram a medida de promoção e proteção (Instituto da Segurança Social, 2018), pelos motivos que se verificam no gráfico 1.

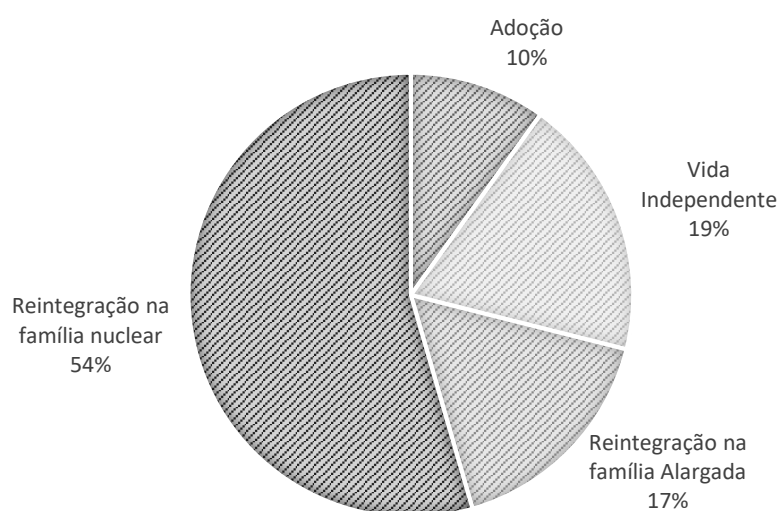


Gráfico 1: Saída do acolhimento, CASA 2017 (Instituto Segurança Social, 2018)

Do universo de jovens que cessaram o acolhimento no ano de 2017, 392 encontravam-se institucionalizados há mais de seis anos, tendo idades compreendidas entre os 18 e os 20 anos (Instituto Segurança Social, 2018).

Portanto, a intervenção deve ser centrada nas necessidades específicas de cada criança e jovem, promovendo um desenvolvimento integral equilibrado. Os LIJ surgem, então, como uma resposta social, destinada ao cumprimento de medida de promoção e proteção, com duração superior a 6 meses (Carvalho, 2013).

De forma a dar resposta a todas as variedades de problemáticas existentes entre as crianças e jovens, torna-se fulcral rever e alterar objetivos, funções e estratégias de intervenção destas instituições. Como objetivos dos Lares de Infância e Juventude tem-se (Carvalho, 2013):

- a) Assegurar alojamento;
- b) Garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar;
- c) Assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- d) Promover, sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização.

O LIJ, conjuntamente com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, deverá promover a reintegração da criança ou do jovem na sua família e comunidade, no mais curto prazo de tempo ou, quando tal não for possível, fomentar o acolhimento familiar ou a progressiva autonomização do jovem. Para evitar a cisão com os familiares e a comunidade de origem, as crianças e os jovens deverão ser acolhidos em lares que se localizem o mais próximo possível do seu local de residência (Fernandes & Silva, 1996; Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, art.º 58º, alínea i).

De forma a promover estruturas de vida semelhantes à estrutura familiar, levando assim a uma intervenção personalizada e a posterior inserção da criança ou jovem na sociedade, os LIJ devem funcionar em regime aberto e ser organizado com um número de elementos que favoreça a relação afetiva semelhante à relação familiar e uma rotina diária individualizada (Instituto de Segurança Social, 2007). Assim, os LIJ devem caracterizar-se como um instrumento de acesso à educação, cultura e autonomia dos jovens que lá permaneçam, fornecendo modelos de interação social, como se verifica no esquema conceptual da figura 2.

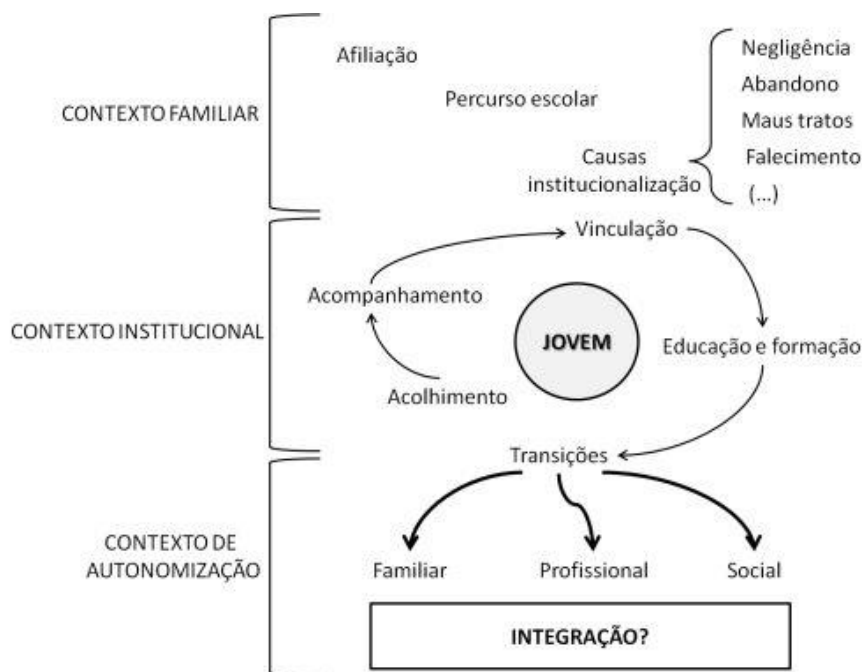


Figura 2. Esquema conceptual do percurso de acolhimento. (Gaspar, 2013)

Carvalho & Manita (2010) descrevem que a institucionalização de menores em risco, caracterizada por ser a última medida a aplicar em termos de proteção de menores, é a medida mais expressiva em Portugal, em particular o acolhimento residencial prolongado de crianças e jovens. De forma a comprovar a tendência para a aplicação de acolhimento de caráter prolongado, o relatório CASA 2017 (Instituto da Segurança Social, 2018) na sua análise global revelou que os LIJ e CAT são os que apresentam o maior número de crianças acolhidas, com 4.633 (61%) e 1.892 (25%) respetivamente, representando assim a maioria da população em situação de acolhimento residencial. A prevalência de crianças e jovens do sexo masculino mantém-se, existindo um universo de 3.396 (52%) rapazes em comparação com 3.187 (48%) raparigas ao cuidado de instituições (Instituto da Segurança Social, 2018).

Quanto à faixa etária, os adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos, constituíam a maioria das crianças e jovens acolhidos em LIJ constituindo 55% da população (Instituto da Segurança Social, 2018).

Ainda no Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ relativo ao ano de 2016 (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, 2017), verifica-se que foram acompanhadas 34.497 crianças e jovens com medidas de promoção de direitos e proteção, sendo que desse universo, 3.242 estariam sob o cuidado de instituições.

Os distritos de Lisboa e do Porto representam o maior número de crianças e jovens em situação de acolhimento, com 1.390 e 1.250 respetivamente (Instituto da Segurança Social, 2018).

No entanto, existem autores que defendem o impacto negativo da institucionalização nos jovens. De acordo com os autores Moré e Sperancetta (2010), o acolhimento residencial pode ou não se constituir um risco para o desenvolvimento dos jovens, uma vez que a qualidade do ambiente em conjunto com os cuidados prestados, influenciam este mesmo processo. Assim, há autores que defendem que o ambiente institucional não é benéfico para o desenvolvimento dos jovens uma vez que, por mais familiar que o ambiente possa ser, estas crianças e jovens encontram-se numa situação de fragilidade emocional aliada ao sentimento de perda e abandono por serem retirados à família. Deste modo, o elevado número de crianças atribuídas a cada cuidador, a falta de atividade planeadas, bem como a fragilidade das redes de apoio social e afetivo, são considerados aspetos prejudiciais no desenvolvimento de jovens ao cuidado das instituições (Moré e Sperancetta, 2010). Estes autores defendem ainda que a permanência por longos períodos em acolhimento residencial leva, consequentemente, à rutura de vínculos familiares e à dificuldade em formar novos vínculos afetivos por parte das crianças e jovens. Segundo o relatório CASA 2017, a duração média do acolhimento destes jovens é de 3,6 anos (Instituto Segurança Social, 2018).

De acordo com Gomes (2010), de modo a prevenir os riscos associados à institucionalização, deve ter-se em consideração os seguintes princípios: a) duração do acolhimento, sendo de carácter transitório num curto espaço de tempo; b) definir projeto de vida de modo a garantir as necessidades de segurança e afeto do jovem; c) participação ativa do jovem na construção do seu projeto de vida e d) cuidados prestados aos jovens de modo assegurar a continuidade da relação de qualidade estabelecida com os cuidadores e com os pares.

Ainda assim, alguns autores vêm a institucionalização como um fator positivo na vida dos jovens, levando a que estes reaprendam a relacionar-se com os outros (Andrade et al, 2014). A instituição pode apresentar a conotação positiva para estes jovens no sentido de fortalecer o espírito de cooperação e ajuda ao próximo, assumindo um papel importante nas suas vidas na elaboração de atividades planeadas, lúdicas e escolares, bem como atividades relacionadas com a sua autonomia.

As instituições podem, então, fornecer aos jovens recursos que funcionem como mecanismos de proteção e proporcionar relações afetivas que favoreçam a sua autoestima e autoeficácia, facilitando o processo de adaptação escolar e social (Moré e Sperancetta, 2010).

Capítulo II – A intervenção na transição para a vida adulta nas instituições de acolhimento.

A autonomia de crianças e jovens em situação de acolhimento tem vindo a alcançar importância a nível político, social e académico, sendo que muitos autores analisam os percursos de vida destes jovens, o impacto que a institucionalização tem nas suas vidas e de que forma a instituição promove a autonomia de vida dos mesmos (Sousa, 2015).

As fracas competências relativas à autonomia e desenvolvimento pessoal tem como consequência repercussões negativas no futuro destes jovens. Assim, os modelos de intervenção elaborados pelos LIJ devem ter em conta as necessidades específicas e individuais de cada um. De acordo com o Manual de Boas Práticas, elaborado pelo Instituto da Segurança Social (2006), as crianças e jovens em regime de acolhimento residencial devem beneficiar de fatores que promovam o seu crescimento e desenvolvimento, através da concretização de projetos de vida. Contudo, a concretização destes nem sempre se verifica. De acordo com o Plano de Intervenção Imediata de 2009, atualizado pelo Instituto da Segurança Social (2014), do universo de 282 crianças e jovens, 170 com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, não tinham projeto de vida definido.

Ainda de acordo com os resultados do relatório CASA 2017, 516 jovens não apresentavam projeto de vida e 63 tinham projeto de vida definido, porém não concretizado (Instituto Segurança Social, 2018).

Para a concretização do projeto acima referido, é essencial que o ponto de partida assente na identificação das necessidades de cada jovem, começando pelas necessidades básicas, tais como as fisiológicas e as de segurança, passando posteriormente para as necessidades mais específicas. De forma a enquadrar as necessidades e distinguir a dependência existente entre elas, Alves (2007) enunciou a pirâmide de necessidades de Maslow, como se observa na figura 3.

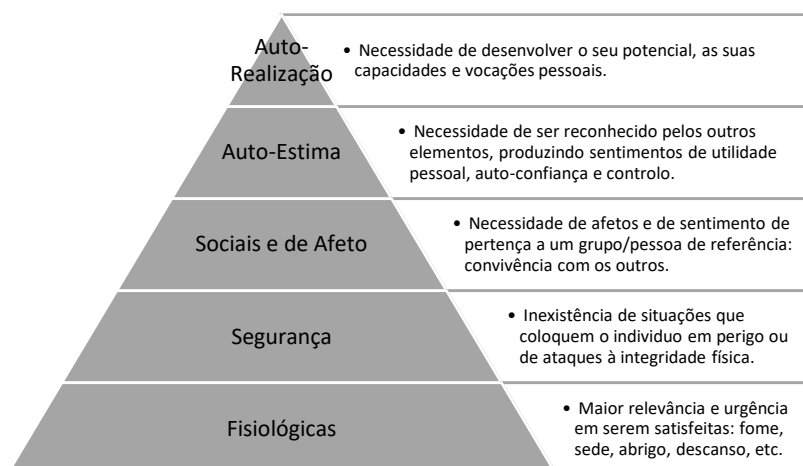


Figura 3. Pirâmide de necessidades de Maslow (Alves, 2007, p.168)

O Manual de Boas Práticas (Instituto de Segurança Social, 2006) refere que os projetos de vida devem ter como base oito princípios fundamentais: dignidade, respeito, autonomia, capacidade de escolher, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade e equidade e participação. Assim, segundo Instituto da Segurança Social (2006), é fundamental estimular nas crianças e jovens competências sociais, fornecendo um ambiente familiar, proporcionando oportunidades de aprendizagem de competências de vida autónoma (Colca e Colca, 1996) e a promoção da integração e desenvolvimento da identidade positiva (Raymond e Heseltine, 2008).

De forma a analisar quais as necessidades experienciadas pelos jovens que se encontravam em acolhimento residencial, Graham, Schellinger e Vaughn (2015) criaram cinco categorias com base nos resultados obtidos no seu estudo: educação, emprego, alojamento, acompanhamento e necessidades individuais de jovens institucionalizados. De forma geral, os participantes afirmaram que o suporte familiar é essencial na fase de transição para a idade autónoma, não se encontrando preparados para viver sozinhos e para lidar com todas as responsabilidades inerentes, sendo que o desenvolvimento pessoal do jovem é identificado como um fator importante para a obtenção de resultados positivos após a emancipação (Graham, Schellinger e Vaughn, 2015).

A educação revela-se uma fragilidade para jovens institucionalizados, uma vez que a taxa de conclusão de ensino secundário é mais baixa em relação aos jovens que nunca estiveram em contacto com o sistema de acolhimento (Graham, Schellinger e Vaughn,

2015). Os participantes revelaram que teriam melhores resultados na área da educação se tivessem mais estabilidade e apoio. De acordo como os autores, os professores, auxiliares e outros funcionários das escolas devem adotar uma postura diferente para com estes jovens, incentivando-os na progressão da educação. Os jovens institucionalizados, segundo os autores, deveriam ter fácil acesso aos tutores para ajuda na realização dos trabalhos de casa, para que se sintam encorajados a continuar o percurso escolar.

Conseguir uma atividade profissional é outra das grandes dificuldades que os jovens institucionalizados experienciam, sendo que, de acordo com Graham, Schellinger e Vaughn (2015), alguns jovens podem, como consequência, recorrer a meios ilegais para obter recursos monetários. Os participantes do estudo anteriormente referido realçam a necessidade de adquirirem competências de trabalho, nomeadamente *soft skills*, para que possam alcançar estabilidade profissional.

Relativamente à obtenção de alojamento, esta é a área de maior preocupação para os jovens em fase de transição, sendo a situação de sem-abrigo o maior problema que esta população enfrenta (Graham, Schellinger e Vaughn, 2015). Os participantes referem a necessidade de acompanhamento após a saída dos LIJ como fator essencial para o seu bem-estar na vida independente.

As fracas competências sociais aliadas à inexistência de um projeto formativo ou profissional que estes jovens apresentam, revela-se uma preocupação crescente. De acordo com Carneiro (2005), as competências ao nível da autonomia e do desenvolvimento pessoal e social são parcas, trazendo repercussões negativas no futuro do jovem quer a nível pessoal, profissional e familiar. No estudo realizado por Goodkind, Schelbe e Shook (2011) com o objetivo de analisar os sucessos e as dificuldades experienciadas pelos jovens que saíram das instituições, foi possível concluir que uma das grandes dificuldades se centrava na ausência de apoio social e emocional. O facto de serem independentes a partir do momento em que saem da instituição também se revelou uma das grandes dificuldades, sobretudo por não terem apoio de adultos (Goodkind, Schelbe e Shook, 2011).

Os autores concluíram que a população institucionalizada necessita de apoio na gestão de relações familiares, uma vez que grande parte destes jovens voltam para o seio familiar após a saída da instituição, sem saber gerir as mesmas. Os jovens afirmam que a grande dificuldade sentida está diretamente relacionada com as relações pessoais e familiares (Goodkind, Schelbe e Shook, 2011).

Deste modo, a ausência de suporte familiar e social na transição revela-se de grande dificuldade para os jovens institucionalizados. De forma a corroborar a afirmação anterior, Liabo et al. (2017) focaram-se na compreensão e experiência de jovens institucionalizados em relação à fase de transição e que se encontrassem a participar num projeto realizado pela *Children's Service*. Do total da amostra, 11 jovens tinham idades compreendidas entre os 16 e 17 anos e estavam a iniciar a sua transição para a vida independente. Os restantes 13 jovens tinham idades entre os 18 e os 24 anos. Relativamente aos resultados, Liabo et al (2017) concluíram que os jovens com idades entre os 16 e os 17 anos encontravam-se entusiasmados por saírem da instituição e tomarem conta das suas próprias vidas, sendo esta transição associada frequentemente à liberdade, à obtenção de carta de condução, casa e trabalho. No entanto, os jovens que se encontravam mais próximos do fim da transição e até aqueles que já estavam fora dos cuidados da instituição, revelaram um lado mais sombrio característico desta fase: isolamento social e inseguranças, sentindo falta do ambiente familiar da instituição. A habitação revelou-se um contributo essencial para o bem-estar do jovem, sendo que alguns jovens revelam sentir-se inseguros ao viver num alojamento semi-independente, sentindo-se usados pelos amigos quando conseguem arranjar o seu próprio apartamento e revelam sentir ansiedade por viver sozinhos pela primeira vez.

Apesar das lacunas existentes no apoio aos jovens em acolhimento residencial e dos programas direccionados para a promoção de competências de vida, a institucionalização tem sido associada em vários estudos “a um conjunto de perturbações de desenvolvimento e, igualmente, a maiores dificuldades na adaptação à vida autónoma” (Calheiros et al., 2013, pp. 242). Um dos estudos realizados neste âmbito, tem a autoria de Olson, Scherer e Cohen (2017) e caracteriza-se pela comparação das competências de tomada de decisão entre jovens que experienciaram o acolhimento residencial e jovens que nunca se encontraram ao cuidado de instituições. Os dados foram recolhidos através do questionário *Making Decisions in Everyday Life*, onde são identificados cinco domínios essenciais: (1) definir o problema, (2) gerar alternativas, (3) identificar riscos e consequências das escolhas, (4) seleccionar alternativa e (5) avaliar a decisão.

Relativamente aos resultados, os autores verificaram a existência de uma discrepância entre os jovens ex-institucionalizados e os jovens sem contacto com o sistema de acolhimento, revelando estes últimos uma maior capacidade de tomada de decisão. Quanto aos domínios (1) definir o problema e (4) identificar riscos e consequências das

escolhas, apesar de os jovens sem contacto com o sistema de acolhimento apresentarem resultados mais altos, não existe uma grande discrepância entre os dois grupos; no entanto, nos restantes três domínios, os jovens ex-institucionalizados apresentaram valores consideravelmente mais baixos revelando pouco conhecimento relativamente às categorias suprarreferidas. Contudo, os jovens que passaram por acolhimento residencial revelam que a transição é uma fase difícil e que se deparam com inúmeros desafios ao longo da transição, demonstrando preocupação sobre “enfrentarem o mundo sozinhos”, enfatizando a rapidez na tomada de decisões sem pensar nas consequências adjacentes. Os jovens que nunca tiveram contacto com o sistema de acolhimento, revelam que a transição para a vida adulta é difícil, no entanto adquirem competências através dos seus pais, irmãos e amigos sobre como lidar com as situações que possam encontrar enquanto vivem de forma independente (Olson, Scherer e Cohen, 2017).

A autodeterminação dos jovens que se encontram em acolhimento residencial deve ser promovida de modo a que estes tenham mais sucesso na sua vida independente (Geenen e Powers, 2007). Os jovens que fizeram parte do estudo dos autores referidos revelam um paradoxo frustrante relativamente às competências de autodeterminação: é expectável por parte dos técnicos e da sociedade em geral que estes consigam controlar as suas próprias vidas assim que transitam para a fase independente, contudo pouca ou nenhuma oportunidade é dada para que pratiquem as suas competências enquanto se encontram se encontram em situação de acolhimento (Geenen e Powers, 2007). Alves (2007) refere a probabilidade de reaparecimento de riscos e perigos, devido à ausência de acompanhamento dos jovens, assim que estes saem da alçada da instituição.

De acordo com Sani e Caridade (2016), o momento de saída da instituição é de igual importância ao momento de entrada na mesma, sendo por isso necessário que os técnicos das instituições trabalhem com os jovens o momento de transição, uma vez que a saída implicará a reintegração do jovem em contextos vivenciais.

Assim, para que o momento de transição seja efetuado com sucesso Barth et al. (2009) referem a importância do desenvolvimento de programas de autonomia de vida, bem como o desenvolvimento de competências sociais e pessoais em jovens em regime de acolhimento institucional, preparando-os para uma vida saudável em sociedade. Georgiades (2005) fundamenta que os jovens institucionalizados que nunca beneficiaram de programas de autonomia de vida, dependem mais de ajuda financeira e apresentam

maior probabilidade de comportamentos disruptivos em comparação a jovens que integraram programas de autonomia e desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Deste modo, Uzoebor et al. (2008 *cit. in* Yelick 2017) afirma que os jovens que beneficiam de um programa de autonomia de vida apresentam melhores competências de vida, nomeadamente: obtenção de emprego, melhor gestão monetária e poupanças. No entanto, apesar dos programas de promoção de competências para a vida autónoma serem caracterizados pelos jovens institucionalizados como uma peça fundamental no seu desenvolvimento (Mares, 2010 *cit. in* Yelick 2017), existem lacunas que são identificadas por vários jovens que beneficiam dos mesmos programas. No estudo elaborado por Geenen e Powers (2007), baseado nas experiências de jovens institucionalizados em fase de transição, verificou-se que o programa de autonomia de vida não dotava os jovens de competências suficientes para a vida autónoma, uma vez que o apoio individual era inexistente. Os jovens que constituíam a população em estudo enfatizaram o facto de o programa não possuir serviços adequados às necessidades específicas dos jovens que se encontravam em fase de transição (Geenen e Powers, 2007).

Elaborada por Yelick (2017), na análise de estudos foi possível identificar quatro áreas em que os jovens institucionalizados apresentavam maior dificuldade no programa de autonomia de vida: sucesso escolar, emprego, habitação e competências de vida diária. Quanto ao sucesso escolar, no estudo de Petr (2006 *cit. in* Yelick 2017) indicou que 26% dos jovens apresentavam uma taxa de reprovações elevada e apenas um jovem se encontrava em fase de obtenção de equivalências escolares. Relativamente ao emprego, de acordo com Petr (2006 *cit. in* Yelick 2017), 37% dos jovens que ainda se encontravam ao cuidado das instituições tinham um contrato de trabalho. Com resultados similares encontra-se o estudo de Mares e Kroner (2011 *cit. in* Yelick 2017), afirmando que os resultados a nível profissional seriam mais benéficos se os jovens iniciassem os programas de autonomia de vida um ano mais tarde do que habitualmente iniciam.

Na categoria relacionada com alojamento, o estudo realizado por Mares (2010 *cit. in* Yelick 2017) revela que o apoio na obtenção de habitação era o melhor serviço prestado pelos programas de autonomia de vida. Contudo, este serviço apresentava duas lacunas: obtenção de um alojamento económico e de acordo com o nível financeiro do jovem e alojamento provisório estruturado (Yelick, 2017). Por fim, relativamente às competências de vida, Petr (2006 *cit. in* Yelick 2017) indicou que da amostra do seu estudo, 26% dos jovens afirmaram não ter usufruído de nenhuma formação de competências de vida

enquanto beneficiavam do programa de autonomia, enquanto que 10% revelou ter recusado receber formação referida.

Com o objetivo de perceber que tipos de intervenção são realizados ao jovem e quais as suas características, Woodgate, Morakinyo e Martin (2017) obtiveram os seguintes resultados:

- a) **Alojamento/habitação** – relativamente à ajuda fornecida aos jovens para obtenção de alojamento, através da revisão de literatura os autores concluíram que existe um programa ao dispor do jovem que consiste em providenciar um alojamento seguro, a preços mínimos (Brown & Wilderson, 2010 *cit. in* Woodgate, Morakinyo e Martin, 2017). Aqui foi possível concluir que os jovens que receberam apoio relativo a esta categoria apresentaram melhores resultados do que os que não tiveram qualquer tipo de apoio. Segundo Brown e Wilderson (2010 *cit. in* Woodgate, Morakinyo e Martin, 2017), o apoio ao alojamento leva a que os jovens obtenham melhores resultados no trabalho, maior segurança económica e apresentem menor probabilidade de consumos de drogas.
- b) **Trabalho** – os autores verificaram a existência de programas focados no emprego e em adquirir competências para que os jovens em transição sejam capazes de atingir estabilidade financeira. De acordo com os autores, os jovens que participam nestes programas têm resultados positivos, sendo que 60% dos participantes encontrou emprego. No entanto, os autores revelam a necessidade de dotar estes jovens com *soft skills*, nomeadamente relações interpessoais, regulação de emoções, resolução de conflitos e capacidade de argumentação (Edelstein e Lowenstein, 2014 *cit. in* Woodgate, Morakinyo e Martin, 2017), sendo essenciais para o seu desenvolvimento pessoal.
- c) **Educação** – relativamente aos resultados apresentados por jovens que participaram em programas vocacionados para a educação, estes foram positivos sendo que os participantes alcançaram os seus objetivos, ultrapassando barreiras e desafios que encontraram.
- d) **Orientação** – o estudo revela que quanto melhor for a relação entre o jovem e o seu cuidador/mentor/tutor, este alcançará melhores resultados na sua vida independente, sendo o tutor considerado um modelo a seguir pelo jovem. Os programas relacionados com esta categoria, deram oportunidade aos jovens para

desenvolver competências para construir uma relação, o que fez com que estes se sentissem motivados e melhor preparados para regular as suas emoções.

- e) **Vida independente** – programas idealizados para ajudar o jovem institucionalizado na transição para a vida autónoma, promovendo a autossuficiência, incluindo formações de competências de vida. Estes programas têm como foco principal o emprego/trabalho, providenciando oportunidade de planeamento de carreira ao jovem, assim como formações financeiras focadas na gestão de dinheiro. Num dos artigos analisados por Woodgate, Morakinyo e Martin (2017), que tinha como objetivo analisar os serviços destes programas, verificou-se que 80% dos jovens revelaram uma melhoria na sua qualidade de vida (General Accounting Office, 1999 *cit. in* Woodgate, Morakinyo e Martin, 2017). Contrariamente, alguns estudos revelaram que estes programas não vão de encontro às necessidades experienciadas por estes jovens e não melhoram os resultados dos mesmos (Collins e Ward, 2011; Mendes, Baidawi e Snow, 2014; Scannapieco, Smith e Blakeney-Strong, 2015; Valentine, Skemer e Courtney, 2015).
- f) **Saúde** – num estudo de Jones e Lansdverk (2006) *cit. in* Woodgate, Morakinyo e Martin (2017), verificou-se que os serviços pós-cuidados não possuem recursos suficientes para lidar com questões relacionadas com a saúde mental.

No entanto, a escassez de serviços e a falta de suporte durante a transição para a vida autónoma, são aspetos que têm dificultado o ajustamento social dos jovens em situação de acolhimento institucional. Assim, Jones (2014) elaborou um estudo que teve como população-alvo jovens que se encontravam fora da instituição há cerca de seis meses, experienciando assim a vida independente. A população-alvo encontrava-se dividida nas seguintes faixas etárias: 58% tinham 18 anos, 31% tinham 19 anos e os restantes encontravam-se divididos entre 17 anos (5%) e 20 anos (4%). O objetivo principal do estudo era perceber quais as perceções destes jovens em relação à sua preparação na instituição para a autonomia de vida, com vista a melhorar os programas existentes, obtendo os seguintes resultados (Jones, 2014):

- À questão “Quão bem preparado o jovem se sentiu para a vida independente após ter saído da instituição?”, apenas 74 dos 95 jovens responderam sendo que 85% respondeu “um pouco preparado”, 22% respondeu “muito bem preparado” e apenas 15% respondeu “nada preparado”. Foi ainda capaz de se aferir que 92%

dos jovens eram capazes de realizar tarefas domésticas e 82% revelaram que sabiam cozinhar ainda que de forma básica, revelando ainda que a maior dificuldade seria a gestão do dinheiro;

- À questão “Satisfação com o programa de autonomia e as razões para a satisfação/dessatisfação”, 60% dos jovens revelaram grande satisfação para com os serviços do programa e 36% mostraram-se nada satisfeitos. Relativamente ao porquê de se sentirem satisfeitos com o programa, apenas 50 jovens responderam, sendo possível verificar que 28% referiram o apoio social recebido, 19% referiram a ajuda com a educação, 15% relativamente às informações e referências para serviços que necessitavam e 15% ajuda relativamente a necessidades básicas (pagar contas, benefícios médicos, etc.); Quanto aos pontos negativos do programa, 47 jovens responderam identificando os seguintes pontos: serviços inadequados (31%), problemas com os técnicos (25%) e não se sentirem preparados quando saíram da instituição (17%).
- À questão “O que poderia ter sido feito para o melhor prepara para a vida independente?”, 82 jovens responderam identificando quatro grandes temas: melhorias gerais no programa (18%), a necessidade de assistência financeira (17%), a necessidade de arranjar casa (10%) e transportes (7%) e a necessidade de um acompanhamento após a saída da instituição (7%).

De acordo com o autor, cerca de 6 em cada 10 jovens indicaram que estavam satisfeitos com a preparação para a vida independente que receberam. Contudo, estes resultados significam que um número considerável de jovens revela insatisfação com sua preparação para a saída da instituição. Estes dados suportam a necessidade experienciada pelos jovens relativamente à preparação atempada na transição para vida independente. Os jovens revelaram maior nível de competências em atividades básicas, como preparação de refeições e tarefas diárias, mas revelaram um nível de competências menor no que respeita à gestão de dinheiro e questões de autocuidado (Jones, 2014).

Ainda num estudo realizado no estado de Illinois, Wisconsin e Iowa por Courtney, Lee e Perez (2011), com jovens em processo de transição para a vida independente, foi possível aferir-se que os jovens institucionalizados não se encontravam a receber a ajuda necessária relativa ao processo de transição, estando a receber apenas 29.7% de 47 serviços existentes para a preparação para a vida independente. Relativamente à preparação experienciada por estes jovens na fase de transição, 28.8% revelou sentir-se muito preparado para viverem sozinhos, no entanto quando questionados se havia algo

que a instituição devia ter proporcionado aos mesmos para uma melhor preparação para a vida autónoma, 36.6% dos jovens respondeu de forma afirmativa.

A análise mais recente aos serviços prestados pelas instituições através dos programas de autonomia de vida foi realizada por Thompson, Wojciak e Cooley (2018), sendo baseada nas perceções de 85 jovens institucionalizados e por 120 jovens que já não se encontravam ao cuidado das instituições. Quanto aos resultados relativos aos jovens em acolhimento residencial, foram apresentadas dez categorias relacionadas com competências de vida e analisadas de acordo com o conhecimento dos jovens: saber como agir numa entrevista (55%), matricular-se na escola (35%), abrir uma conta no banco (35%), arrendar uma casa (28%), comprar produtos alimentares (68%), usar transportes públicos (68%), procurar ajuda (22%), apoio social (51%), serviços de planeamento familiar (51%) e tratamento médico (51%). Destas 10 capacidades, 26% dos jovens institucionalizados revela não possuir nenhuma e 54% revela ter 5 ou mais das capacidades referidas (Thompson, Wojciak e Cooley, 2018).

Em relação aos resultados obtidos de acordo com a perceção dos jovens ex-institucionalizados, os autores conseguiram enumerar seis categorias: documentos pessoais, emprego, educação, recursos financeiros, alojamento/habitação e cuidados pessoais. Relativamente aos documentos pessoais fornecidos pela instituição e de carácter essencial para a vida independente, 93% revela possuir o cartão de segurança social, 87% o certificado de nascimento e 55% afirma ter-lhe sido entregue o bilhete de identidade. Contudo, 76% destes jovens revelam não possuir carta de condução.

Quanto à categoria de emprego, 47% afirma ter usufruído de ajuda na construção de um currículo e 41% revela ajuda na candidatura a uma vaga de trabalho. Contudo, uma grande parte destes jovens revelam uma grande lacuna a nível de recursos fornecidos para obter um trabalho, nomeadamente: nenhuma ajuda relativamente a identificar potenciais empregadores (74%), como agir numa entrevista (56%), referências de emprego (77%) ou ainda conselhos vocacionais (75%). Apenas 9.2% dos jovens representantes deste subgrupo tiveram ajuda nas seis áreas descritas acima (Thompson, Wojciak e Cooley, 2018).

Na categoria educação, alguns jovens revelam a ausência de apoio na preparação para o *General Equivalency Diploma*³ (74%), na preparação para o *Scholastic Assessment*

³ Diploma de equivalência de ensino secundário, conferido através da realização de um exame que permite aferir o conhecimento do aluno.

*Test*⁴ (66%) ou até na realização da matrícula escolar (68%). Os autores aferiram ainda que apenas 8% revelou ter ajuda nos três itens acima referidos e 43% dos jovens afirma não ter recebido qualquer tipo de assistência ou apoio antes de sair da instituição.

Quanto ao apoio relacionado com os recursos financeiros, 57% dos jovens ex-institucionalizados admite não ter usufruído de qualquer tipo de ajuda sobre a gestão das suas poupanças e 56% revela nunca ter aprendido a poupar. Ainda relacionado com o apoio de recursos financeiros, 53% dos jovens afirma não ter aprendido como abrir uma conta no banco e 66% precisavam de ajuda para gerir um livro de cheques. Apesar destes números, 27% admite ter recebido ajuda nestas quatro vertentes (Thompson, Wojciak e Cooley, 2018).

Thompson, Wojciak e Cooley (2018) através do seu estudo conseguiram ainda verificar que 79% dos jovens ex-institucionalizados não receberam qualquer tipo de apoio na celebração de um contrato de alojamento, 82% não receberam apoio na procura de casa e 85% não usufruíram de ajuda na procura de métodos de pagamento mais acessíveis para os próprios. Sendo que 73% revelam não ter recebido qualquer tipo de ajuda.

Por fim, quanto ao cuidado pessoal, os jovens incluídos neste subgrupo revelaram a falta de acompanhamento/ajuda nos seguintes pontos: planeamento alimentar (68%), higiene pessoal (61%), necessidades nutricionais (61%) e obter registos pessoais (68%) (Thompson, Wojciak e Cooley, 2018).

No contexto português, a relação entre o apoio fornecido pelos técnicos e a formação adquirida em acolhimento institucional, bem como o contributo que estes fatores possam ter na vida autónoma, foi estudado por Alcoforado, Gaspar e Santos (2015). Este estudo contava com a participação de 24 jovens ex-institucionalizados. Através do uso da técnica de entrevista, os autores conseguiram apurar que a entrada e a saída da instituição são apresentadas pelos jovens como os momentos mais negativos nas suas vidas. Sendo a entrada na instituição sinónimo de separação dos seus pais, estes jovens revelam que a presença e as atitudes carinhosas dos cuidadores e técnicos se tornam essencial para uma posterior transição mais favorável. No entanto, para alguns participantes, a maioria dos cuidadores apresentou pouco empenho e vocação nos cargos que desempenhavam, marcando estes jovens negativamente e não criando qualquer tipo de laço afetivo (Alcoforado, Gaspar e Santos, 2015).

⁴ Exame realizado nos Estados Unidos para acesso ao Ensino Superior.

Os participantes revelam que a ausência de um “protocolo de despedida” torna a transição mais difícil, fomentando sentimentos de raiva e abandono no jovem. Contudo, estes afirmam que o prolongamento de contacto com os cuidadores após a saída da instituição se revela essencial para a escolha das trajetórias de vida, o que muitas vezes não se verifica, havendo um corte forçado nas ligações entre o jovem e a instituição.

No estudo de Gaspar (2013), a perspetiva de jovens ex-institucionalizados centrava-se na quebra dos laços afetivos como o seu maior receio. O impacto positivo da institucionalização é um facto real para alguns dos jovens ex-institucionalizados, no entanto alguns revelam que foram encarados como potenciais delinquentes, tendo um futuro condicionado (Gaspar, 2013). A importância da preparação para o futuro ao longo do acolhimento é do entendimento dos jovens ex-acolhidos, caracterizando o momento de saída da instituição como angustiante. Gaspar (2013), apurou que existe uma rutura abrupta entre os jovens e a instituição, não só no espaço físico como no contacto com os técnicos. Deste modo, o autor realça a necessidade de investimento por parte dos técnicos nas crianças e jovens, como forma de os preparar para o futuro independente da instituição, para que o momento de saída possa ocorrer sem complicações.

A existência da planificação do projeto de vida das crianças e jovens institucionalizados torna-se crucial para o sucesso na respetiva desinstitucionalização, seja através da adoção, reintegração familiar ou autonomia de vida. Cordeiro et al. (2016) realizaram um estudo baseado na perspetiva dos técnicos em relação ao projeto de vida das crianças e jovens que se encontravam em instituições, sendo que estes justificam a sua importância na medida em que se revela um instrumento de intervenção. Apesar de assumirem que o projeto de vida é um instrumento de carácter preparatório e orientador para o futuro do jovem, quando questionados sobre a sua concretização integral, 31,8% dos técnicos responderam afirmativamente enquanto que 61,5% respondeu “algumas vezes”, verificando-se que a intervenção não ocorre como planeada (Cordeiro et al., 2016).

Relativamente à participação ativa da criança ou jovem no planeamento do seu projeto de vida, Cordeiro et al. (2016) obtiveram respostas unânimes, verificando que a opinião e participação da criança ou jovem é fundamental na perspetiva dos técnicos inquiridos. Souza (2010) realça a importância da participação do jovem na construção e planificação dos seus objetivos futuros, fomentando assim a aprendizagem.

Relativamente às competências de vida demonstradas pelos jovens institucionalizados, no estudo de Sousa (2015), composto por uma amostra de 42 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, o autor verificou uma percentagem de 42,9% abaixo da média, relativamente às competências relacionadas com a gestão do dinheiro. Sendo uma percentagem de jovens relevante, indica algumas fragilidades nesta dimensão (Sousa, 2015). Neste estudo, os dados obtidos permitem afirmar que os jovens possuem maiores competências e conhecimentos nas dimensões relacionadas com a gestão do dia-a-dia e na relação interpessoal, do que nas dimensões de gestão financeira e na perspetiva de integração futura a nível escolar e profissional (Sousa, 2015).

Desta forma, as competências de gestão do dinheiro é uma habilidade da vida diária que os jovens institucionalizados precisam adquirir antes de se emanciparem, de modo a alcançarem a autossuficiência e sucesso na sociedade, sob pena de a falta de competência financeira ter implicações especialmente graves para os mesmos que, sem o apoio da família, enfrentam um processo de independência precoce (Garrett, 2000).

Dada a importância da promoção de competências de vida em jovens institucionalizados, Peixoto et al. (2009) realizaram um programa fundamentado no “*Programa de Desarrollo Personal*” de Clavero e colaboradores (2006), “*Programa de Competências Pessoais e Sociais*” de Jardim e Pereira (2006) e no “*Programa Umbrella*” de Del Valle e Quintanal, 2006). Com uma amostra constituída por 4 jovens em situação de acolhimento institucional e com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, os autores pretenderam promover a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, divididas em 16 sessões de periodicidade semanal. Após a implementação do referido programa, Peixoto et al. (2009) verificaram a existência de diferenças significativas entre o momento de pré e pós-implementação do programa. Estes resultados sugerem que as jovens adquiriram uma melhor compreensão os seus objetivos, ambições e metas, avaliando o programa de forma positiva.

Relativamente às diferenças nas competências entre rapazes e raparigas, Neves (2011) elaborou um estudo composto por 181 participantes, onde os rapazes apresentavam uma média de autonomia funcional superior à das raparigas. Quanto à idade, ainda neste estudo, no que se refere à autonomia, enquanto escala geral, existem diferenças significativas, revelando que os jovens que têm mais de 16 anos apresentam valores superiores. Segundo a autora, estes resultados estão relacionados com o facto de as

raparigas mostrarem maior conformidade com as regras impostas pelos pais e assim mantêm as relações de proximidade (Neves, 2011). Contudo, para Fleming (2005) a autonomia deve ser conquistada pelo jovem e, a passagem da autonomia enquanto desejo para a capacidade de ser autónomo é, na maioria das vezes, resultado de desafios à autoridade dos pais. Este conflito leva a transformações na maturação psíquica e importantes modificações nas relações entre os pais e os filhos (Fleming, 2005). As investigações da mesma autora revelam também que existem algumas diferenças relativamente à autonomia em função do género. Aos 16-17 anos os rapazes apresentam um maior nível de autonomia em relação às raparigas, associado à desobediência aos pais (Fleming, 2005).

Devido à ausência de instrumentos de avaliação de competências de vida de jovens adultos que se encontrassem em fase de transição para a vida independente, Gonçalves et al. (2016) realizaram um estudo com o principal objetivo de traduzir e adaptar o questionário *Casey Life Skills*⁵, aplicando-o posteriormente junto de jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos. A aplicação do referido instrumento e a posterior análise de diferenças entre idades e géneros foram realizadas com o objetivo de caracterizar os jovens em sistema de acolhimento (Gonçalves et al., 2016).

No estudo de Gonçalves et al. (2016), não foram encontradas diferenças significativas em relação ao género e idade dos participantes, tendo em conta as subescalas apresentadas do questionário traduzido e adaptado pelos autores. Relativamente ao desenvolvimento de competências de vida, os autores concluíram que os jovens que compuseram a amostra apresentavam mais fragilidades nas competências de habitação e gestão do dinheiro, do que nas competências de vida diária e competências de autocuidado.

2.1. Programas de autonomia de vida.

A necessidade da existência de programas que apoiem os jovens institucionalizados na sua transição para a vida independente tem ganho um reconhecimento exponencial ao longo dos anos. O principal objetivo destes programas visa trabalhar as competências de vida das crianças e jovens, de modo a que estes adquiram ferramentas necessárias aquando a sua transição para vida independente. De acordo com o relatório CASA de 2017, o projeto de vida implementado mais frequentemente é a autonomização,

⁵ Instrumento utilizado para perceber quais as competências de vida do jovem, apropriado para idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos, independentemente das circunstâncias de vida.

representando assim 38% da população institucionalizada (Instituto de Segurança Social, 2018).

A medida de apoio para a autonomia de vida, prevista no art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro visa proporcionar aos jovens a sua autonomização quer em contexto escolar, profissional e social, fortalecendo as relações entre pares. Como objetivos específicos inerentes a esta medida, conforme o art.º 30.º do Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro, tem-se: a) proporcionar ao jovem, tendo em conta a sua personalidade e contexto de vida, condições que lhe permitam adquirir autonomia de vida através de um projeto de educação e formação, orientado especificamente para a aquisição de competências necessárias e sentido de responsabilidade e b) criar condições de acesso aos jovens aos recursos essenciais para a sua autonomização (formação profissional, pessoal e inserção na vida ativa). Assim, de acordo com Carvalho et al. (2009), torna-se crucial a construção e implementação de programas de autonomia de vida, que visem o desenvolvimento de competências com base no contexto de vida de cada jovem.

Para Matos (2005), a promoção de competências pessoais e sociais baseia-se essencialmente no ensino de componentes críticas, nomeadamente: compreender situações, prever o que fazer e como fazer e aprender a observar.

No âmbito do projeto Leonardo da Vinci da União Europeia, durante os anos de 1997 a 2000, foi elaborado o programa *Umbrella* com o objetivo principal de dotar os jovens de competências sociais para a sua transição para a vida adulta. A metodologia deste programa assenta em dois pilares fundamentais: a preparação contínua e o apoio (Del Valle e Quintanal, 2006). A preparação contínua baseia-se no planeamento do trabalho e no seguimento de forma contínua da proteção e da educação dos jovens, sendo trabalhado as competências necessárias para a vida independente. Quanto ao conceito de apoio, este caracteriza o apoio de várias instituições no processo de desenvolvimento do jovem para a sua autonomização, como entrar no mercado de trabalho ou arranjar casa própria.

Deste modo, este programa necessita da participação e responsabilidade dos jovens intervenientes, havendo flexibilidade para adaptações a diversas situações, mantendo-se os seus objetivos iniciais.

Um aspeto fundamental do programa *Umbrella* é a adaptação à idade e ao desenvolvimento de cada jovem, permitindo assim um melhor acompanhamento (Del Valle e Quintanal, 2006).

O programa *Umbrella*, nos tempos atuais, revela-se um guia para a construção de outros programas de autonomia para jovens em acolhimento residencial.

No entanto, existem programas de autonomia construídos em outros países e que se revelam consistentes e eficazes na promoção de competências de vida. Brickman, Dhy & Cuthbert (1991), desenvolveram o programa *Supervised Independent Living Orientation* (SILO) com o objetivo de ajudar os jovens em fase de transição a alcançar o desenvolvimento pessoal. De acordo com os autores, os jovens revelam que têm a liberdade de forma muito rápida e abrupta e necessitam de ajuda nesse sentido. O SILO incorpora uma série de aulas sobre competências de vida, permitindo que os técnicos possam acompanhar os jovens sem interferir na sua autonomia, sendo este programa composto por várias fases.

A fase inicial do programa está estruturada de forma a providenciar aos participantes a máxima acessibilidade aos técnicos ou assistentes sociais enquanto experienciam a vida autónoma. Nesta fase, os técnicos encontram-se mais presentes no dia-a-dia dos jovens para que estes possam sentir afeto e apoio, não se sentindo sozinhos e “abandonados”, no entanto os técnicos não interferem com a independência dos jovens. As expectativas relativas a esta primeira fase são que os jovens encontrem trabalho, um lugar para viver, que se encontrem com um técnico do programa uma vez por semana, etc. Assim que o jovem mostre progressos relativos a maturidade e responsabilidade, passa para uma fase não tão estruturada e, por fim, para a vida independente de forma supervisionada.

No início do programa é efetuado um contrato com o jovem, sendo assinado por ambas as partes, para que este saiba quais são as expectativas esperadas em cada fase do SILO. Mais tarde, quando passam para a vida independente supervisionada, é assinado um novo contrato por ambos. Na fase inicial são efetuadas rondas pelos técnicos de modo a verificar se os jovens cumprem com o estipulado nomeadamente: ir à escola, ir trabalhar, etc. O programa SILO enfatiza o contacto regular entre os jovens com a comunidade e a equipa pertencente ao programa.

Na última fase, a supervisão não é tão consistente e os jovens tendem a sentir grandes níveis de ansiedade, sentimentos de solidão e medo de não conseguir trabalho. Os jovens podem usufruir do programa SILO pelo tempo que entenderem, uma vez que nem todos os jovens ganham a maturidade suficiente ao mesmo tempo.

Através de um apoio “intermitente”, porém, intensivo o SILO ajuda os jovens a construir uma autoestima saudável, a lidar com conflitos e desilusões que possam ter ao

longo da sua vida. Além disso, a supervisão regular assegura que os participantes não adquiram comportamentos delinquentes.

O grande objetivo deste programa foca-se na transição gradual do jovem para a vida independente, através de uma estrutura equilibrada e flexível, tentando igualizar uma relação como a que um pai teria para com um adolescente.

Dos inúmeros estudos realizados na área do acolhimento institucional, existe uma conclusão que se torna comum em todos eles: a prática de promoção e desenvolvimento de autonomia nos jovens institucionalizados é ainda insuficiente nas instituições de acolhimento, havendo a necessidade emergente de potenciar a autonomia destes jovens com o objetivo de se integrarem na vida adulta de forma bem sucedida. É possível concluir a importância de criação de mecanismos de suporte na transição do jovem para a vida adulta, apoiando-o na sua saída e posteriormente.

2.1.1. Apartamentos de autonomização.

Os apartamentos de autonomização são espaços habitacionais inseridos na comunidade, para jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos em fase de transição para a vida adulta e que demonstrem responsabilidade, competências e potencialidades para mobilizar os recursos necessários que os habilitem a adquirir progressivamente autonomia de vida (APAV, 2018). Este projeto de vida tem como principal objetivo fornecer aos jovens competências que os possam ajudar após a sua autonomização (Silva e Vieira, 2009).

Entre as diversas modalidades de transição para a vida independente, Kroner (2007) refere as três mais frequentes: 1) apartamentos para um grupo de jovens com supervisão; 2) apartamentos individuais com semi-supervisão e 3) para um grupo de jovens sem supervisão.

Esta supervisão pode ser realizada a vários níveis (Kroner, 2007): a) um técnico viver no apartamento; b) visitas diárias realizadas por um técnico, mas não anunciadas; c) contacto telefónico regular com os jovens e d) deslocação dos jovens ao gabinete do técnico responsável.

Assim, o aluguer ou compra destes apartamentos é suportado pelos jovens que nele habitam, quer através de um apoio financeiro dado pelo programa de autonomia de vida, quer através do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, a tempo inteiro ou parcial, encorajado pelos técnicos (Kroner, 2007). Os apartamentos de autonomização encontram-se inseridos em comunidades que disponham de serviços sociais de apoio, nomeadamente ao nível de emprego, educação e saúde (Calheiros et al., 2013).

De modo idêntico a programas desenvolvidos noutros países, o apartamento de autonomização focaliza-se na promoção de dimensões que se supõem primordiais para garantir a subsistência dos jovens após a transição para a vida independente (Stein, 2006), tais como a qualificação escolar e profissional, redes de suporte, gestão e organização doméstica e cuidados de saúde.

Assim, de acordo com a APAV (2018), o apartamento de autonomização apresenta os seguintes objetivos:

- Acompanhar o jovem no processo de autonomia, minimizando o risco de exclusão social;
- Prestar apoio psicológico, social, material e informação relativa à entrada no mercado de trabalho;
- Ajudar os jovens a desenvolver as suas competências pessoais, sociais, escolares e profissionais através de programas de formação específicos.

De acordo com o Relatório CASA de 2017 (Instituto de Segurança Social, 2018), existiam 79 jovens a viver em apartamento de autonomização, sofrendo um aumento de 25% face ao ano de 2016 (63 jovens). Os espaços de autonomização foram criados para os jovens terem a possibilidade de apreenderem e treinarem competências de vida, no entanto, é uma resposta social ainda escassa, dado o número de jovens institucionalizados (Sousa, 2015).

Estudo Empírico

Capítulo III – Metodologia da Investigação.

3.1. Objetivos do estudo.

Sendo o presente estudo focado na autonomização de jovens institucionalizados, pretende-se, como objetivo geral, perceber quais as competências de vida que estes jovens possuem. Deste modo, o estudo pretende caracterizar a população jovem institucionalizada em função das subescalas apresentadas no instrumento de recolha de dados: vida diária, autocuidado, relacionamento e comunicação, habitação e gestão de dinheiro, trabalho e estudos, planeamento da carreira e educação e projecção do futuro.

Assim, em termos de objetivos específicos tem-se:

- a) Perceber, do ponto de vista do jovem institucionalizado, quais as lacunas existentes na promoção de competências de vida;
- b) Conhecer quais as expectativas, desafios e medos dos jovens em relação projecção do futuro; e
- c) Analisar eventuais diferenças entre características sociodemográficas relativamente às competências de vida.

3.2. Método.

Para cumprir os objetivos suprarreferidos propõe-se um estudo de natureza exploratória, que permita uma compreensão mais aprofundada sobre as necessidades demonstradas pelas jovens em relação à transição para a vida independente. Será utilizada uma abordagem quantitativa, usando o método de inquérito suportado pela técnica de questionário.

Serão estabelecidas as relações entre as variáveis a fim de dar uma imagem completa do fenómeno estudado, variando em complexidade (Fortin, 2009).

3.3. Descrição da amostra.

Para a realização do estudo foram contactadas 21 instituições de acolhimento do distrito do Porto, sendo que ficaram excluídas todas as instituições de carácter especializado. Do total de instituições contactadas, 11 instituições não responderam ao

pedido de colaboração, duas instituições pretendiam que lhes fosse cedido os resultados específicos dos jovens da respetiva instituição, ao que foi respondido que por questões éticas e por se tratar de dados anónimos e confidenciais, não poderíamos aceder ao pedido desistindo assim da participação no presente estudo, uma instituição respondeu negativamente devido à proteção de dados dos jovens, uma instituição recusou a participação devido às obras de remodelação que estavam em curso na mesma e outra recusou a participação, revelando que os jovens da mesma instituição teriam sido alvo de estudos semelhantes e por fim, uma instituição fechou, não podendo participar no presente estudo. Assim, apenas seis apresentaram parecer positivo face à colaboração no estudo.

Relativamente aos critérios de inclusão para a participação no presente estudo, teve-se:

- a) Que sejam jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude;
- b) Que se encontrem em situação de pré-autonomia de vida;
- c) Que apresentem o consentimento informado devidamente assinado, quer pelos próprios (caso sejam maiores de 18 anos), quer pelos seus representantes legais;
- d) Que participem de forma voluntária; e
- e) Jovens que não possuam características que os impeçam de participar voluntariamente.

Deste modo, qualquer jovem que não apresentasse os critérios acima enunciados, não participaram no estudo.

A amostra é constituída por 24 jovens, dos quais 12 (50%) são do género feminino e 12 (50%) são do género masculino. Estes jovens apresentam idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos. Todos os jovens são de nacionalidade portuguesa, à exceção de quatro, que são de nacionalidade holandês, síria, romena e congolesa, respetivamente.

Através do questionário sociodemográfico, foi possível verificar que, relativamente à escolaridade, 21 (87,5%) jovens frequentam o ensino, sendo que 15 (62,5%) frequentam o ensino secundário, 3 (12,5%) frequentam o ensino superior e 3 (12,5%) frequentam o 3.º ciclo. Trabalham em part-time 5 jovens (20,8%), sendo que 2 jovens são trabalhadores-estudantes. Um dos jovens revela ter dois trabalhos, um a full-time e um a part-time.

Relativamente à idade da primeira institucionalização dos jovens participantes, a maioria apresentava 17 anos quando foi institucionalizado, representando assim 16,7% da amostra em estudo (ver tabela 1).

Tabela 1. Idade da primeira institucionalização.

	N	%
2 anos	3	12,5
5 anos	1	4,2
6 anos	3	12,5
7 anos	2	8,3
9 anos	2	8,3
11 anos	2	8,3
13 anos	2	8,3
15 anos	2	8,3
16 anos	2	8,3
17 anos	4	16,7
18 anos	1	4,2

3.4. Instrumento de recolha de dados

O instrumento utilizado para a realização da recolha de dados juntos de jovens institucionalizados foi a Escala de Competências de Vida (cf. Anexo B) da autoria de Gonçalves et al. (2016), sendo uma tradução da *Casey Life Skills* (CLS) (Nolan, Wolf, Ansell, Burns, Barr, Copeland & Paddock, 2000). Para que se entenda a pertinência da tradução da escala, este é um instrumento usado em jovens independentemente da sua situação de vida – institucionalizados ou não –, de modo a perceber quais as suas competências em diversas áreas. É apropriado para jovens na faixa etária dos 14 aos 21 anos e contém 112 itens de avaliação. O CLS é composto por sete subescalas, nomeadamente: vida diária, cuidados pessoais, relações sociais e comunicação, gestão do dinheiro e da habitação, competências de trabalho e estudo, planeamento da carreira e estudo e visão do futuro.

Deste modo, e dada a pertinência da tradução do CLS, Gonçalves et al., (2016), traduziram e adaptaram o mesmo para a Escala de Competências de Vida. Este é

constituído também por sete subescalas, sendo estas: competências de autocuidado, constituída por 18 itens; competências de relacionamento e comunicação, constituída por 18 itens; habitação e gestão do dinheiro, constituída por 23 itens; trabalho e estudos, constituída por 20 itens; planeamento da carreira e educação, constituída por 9 itens e, por fim, projeção do futuro, com 8 itens. Todos os itens apresentam um intervalo de resposta de 1 a 5.

De modo a complementar a escala anteriormente referida, foi apresentado a cada participante um pequeno questionário sociodemográfico, com vista a recolher dados essenciais para a concretização dos objetivos propostos (cf. Anexo C).

É importante ressaltar o caráter voluntário da participação de cada jovem, sendo que foi transmitido ao mesmo, quer verbalmente quer através do consentimento informado, que poderia cessar a sua participação a qualquer momento.

3.5. Procedimento.

O projeto de investigação que sustenta a presente dissertação foi submetido à Comissão de Ética da UFP dando esta um parecer positivo chamando a atenção para dois aspetos que foram tidos em consideração e corrigidos (cf. Anexo A).

Previamente à aplicação da “Escala de Competência de Vida” de Gonçalves et al. (2016), foi elaborado um pedido de autorização às respetivas autoras para o uso da mesma (cf. Anexo D). Posteriormente, entrou-se em contacto com as instituições através de email, pedindo autorização para a realização do estudo, explicando a natureza do mesmo e os seus objetivos, apresentando os documentos necessários e a escala. Após a resposta das instituições, seguiu-se o contacto telefónico e, à posteriori, a reunião com os responsáveis das instituições para marcação da recolha de dados. Na reunião, foi explicado que se pretendia jovens em situação de pré-autonomia e com idades entre os 15 e os 21 anos, sendo que os responsáveis das instituições entraram em contacto com estes jovens, questionando a sua vontade de participação. Após este contacto entre as instituições e os jovens, foi informado à investigadora, através de e-mail, quantos jovens estavam dispostos a participar no estudo.

De forma a garantir a livre e voluntária participação dos jovens neste estudo, foi apresentado um consentimento informado (cf. Anexo E e F) que todos os jovens assinaram, caso fossem maiores de idade. Aos menores de idade, foi entregue um

consentimento informado ao seu representante legal que o assinou, sendo que o jovem consentiu em primeiro lugar a sua participação no estudo. Posteriormente, aplicou-se o questionário sociodemográfico e a “Escala de Competências de Vida” aos jovens contactados pelas instituições e predispostos a participar no estudo.

Foi garantido aos participantes, representantes legais e responsáveis de instituições o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos, quer verbalmente, quer através do consentimento informado.

A escala foi aplicada em grupo, numa sala cedida pelas instituições para o efeito, num ambiente calmo e sem fatores de distração. A investigadora esteve sempre presente aquando o preenchimento do instrumento de modo a garantir a resposta às eventuais dúvidas dos jovens.

Relativamente ao tratamento de dados, foi utilizado o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), através de uma análise estatística descritiva e inferencial. Devido ao pequeno tamanho da amostra, foram utilizados testes não paramétricos.

O item 6 da subescala “Competências de Vida Diária” enunciado de forma invertida provocou diversas dúvidas por parte dos jovens, pelo que foi eliminado da análise. Posteriormente, foram criadas sete novas variáveis relativas aos somatórios de cada uma das subescalas que compõem a Escala de Competências de Vida, nomeadamente: a) competências de vida diária – 17 itens (intervalo 17-85); b) competências de autocuidado – 18 itens (intervalo 18-90); c) competências de relacionamento e comunicação – 18 itens (intervalo 18-90); d) competências de habitação e gestão do dinheiro – 23 itens (intervalo 23-115); e) competências de trabalho e estudo – 20 itens (intervalo 20-100); f) competências de planeamento da carreira e educação – 9 itens (intervalo 9-45) e g) competências de projeção no futuro – 8 itens (intervalo 8-40).

Foram ainda criadas sete variáveis correspondentes à média de cada subescala anteriormente referida, uma vez que existem intervalos diferentes para cada uma e os resultados não seriam comparáveis. Deste modo, para analisar os índices gerais da amostra total, serão trabalhadas as médias e para analisar as comparações entre grupos e relações entre variáveis, serão utilizados os somatórios.

3.6. Apresentação e análise de resultados.

3.6.1. Análise descritiva dos itens de cada subescala.

Relativamente aos descritivos para cada subescala do questionário, é possível verificar que a amostra apresenta um nível de competências muito razoável, com médias altas. O aspeto em que os participantes apresentam menor nível de competências é na subescala “Habitação e Gestão de Dinheiro” e apresentam mais competências nas subescalas “Projeção do Futuro”, “Vida Diária” e “Autocuidado”, como se verifica na tabela 2.

Tabela 2. Descritivos por subescala.

	M	DP
Vida Diária	4,3676	,39412
Autocuidado	4,3449	,51728
Relacionamento e Comunicação	4,2892	,45762
Habitação e Gestão de Dinheiro	3,7464	,73770
Trabalho e Estudos	4,2188	,67852
Planeamento da Carreira e Educação	4,1804	,73437
Projeção do Futuro	4,5521	,48330

Estando perante um estudo exploratório, é de igual interesse, para além da análise das pontuações apresentadas pelos jovens relativamente às subescalas, analisar os itens de forma individual, de modo a perceber em que aspeto concreto se situam as dificuldades dos participantes.

A subescala “Vida Diária”, constituída por 17 itens, apresenta uma média de respostas de 4,36. Quanto aos itens que constituía esta subescala (ver tabela 3), 1 “Eu sei como aceder à Internet” (M=4,96; DP=,204) e 5 “Eu conheço os riscos de me encontrar com uma pessoa que conheci *online*” (M=4,92, DP=,408), são os que apresentam os valores de média e desvio padrão mais elevados. Os itens 17 “Eu sei como usar um extintor” (M=3,08, DP=1,840) e 10 “Eu consigo fazer refeições com o sem receita” (M=3,87, DP=1,361) são os que apresentam valores mais baixos, sendo considerado uma fragilidade relativamente à área desta subescala.

Tabela 3. Descrição dos itens da subescala “Vida Diária”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu sei como aceder à Internet.	4	5	4,96	,204
2	Eu consigo encontrar o que quero na Internet.	2	5	4,58	,776
3	Eu sei como usar a minha conta de email.	1	5	4,83	,816
4	Eu sei criar, guardar, imprimir e enviar documentos do computador.	2	5	4,50	,834
5	Eu conheço os riscos de me encontrar com uma pessoa que conheci online.	3	5	4,92	,408
6	Se alguém me enviar mensagens online que me façam sentir mal ou com medo, eu saberei o que fazer ou a quem contar.	2	5	4,58	,830
7	Eu conheço pelo menos um adulto, para além do técnico/gestor de referência, que iria atender um telefonema meu a meio da noite se eu tivesse uma emergência.	3	5	4,70	,703
8	Um adulto que eu confio, para além do técnico/gestor de referência, contacta-me para saber como eu estou regularmente.	1	5	4,04	1,517
9	Quando vou às compras de comida, eu faço uma lista e comparo preços.	3	5	4,33	,816
10	Eu consigo fazer refeições com ou sem receita.	1	5	3,87	1,361
11	Eu penso sobre a minha alimentação e qual o impacto na minha saúde.	1	5	3,87	1,296
12	Eu sei ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos.	1	5	3,96	1,459
13	Eu sei como lavar a minha roupa na máquina.	1	5	4,29	1,334
14	Eu mantenho o espaço onde vivo limpo.	2	5	4,62	,711
15	Eu sei que produtos de limpeza devo usar nas diferentes áreas da casa, designadamente na cozinha e na casa de banho.	3	5	4,88	,448
16	Eu sei passar a ferro.	1	5	4,42	1,213
17	Eu sei como usar um extintor.	1	5	3,08	1,840

Relativamente aos resultados da subescala “Autocuidado”, com 18 itens na sua íntegra, apresenta uma média de respostas de 4,34. Como se verifica na tabela 4, os itens que apresentaram valores mais elevados foram: 18 “Eu sei onde ir para obter informação sobre sexo ou gravidez” (M=5,00, DP=,000), 17 “Eu sei como prevenir uma gravidez” (M=4,96, DP=,204) e 11 “Eu tomo banho diariamente” (M=4,96, DP=,204). Importa também referir que o item 15 “Eu sei dizer que não a uma relação íntima sexual quando não quero” obteve uma média de 4,87 e um desvio padrão de ,448, revelando-se um dos itens com valores elevados.

Quanto aos itens que revelaram valores menores, tem-se o item 5 “Eu conheço a história médica da minha família” (M=2,75, DP=1,567), o item 8 “Eu sei como posso aceder a medidas de apoio social” (M=3,50, DP=1,588) e o item 9 “Eu sei como posso aceder a medidas de apoio ao nível da saúde.” (M=3,79, DP=1,560).

Tabela 4. Descrição dos itens da subescala “Competências de Autocuidado”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Sei fazer curativos a pequenas feridas e o que fazer quando estou doente.	1	5	4,46	1,103
2	Quando preciso sei como obter cuidados médicos e dentários.	1	5	4,29	,999
3	Eu sei como marcar as minhas consultas médicas e dentárias.	1	5	4,25	1,327
4	Eu sei quando devo ir às urgências em vez de ir ao consultório médico.	1	5	4,17	1,435
5	Eu conheço a história médica da minha família.	1	5	2,75	1,567
6	Eu tenho pelo menos um adulto de confiança que me iria visitar se eu estivesse no hospital.	1	5	4,75	,897
7	Tenho pelo menos um adulto em quem confio que legalmente pode tomar decisões médicas por mim e falar por mim caso esteja incapaz de o fazer.	1	5	4,25	1,539
8	Eu sei como posso aceder a medidas de apoio social.	1	5	3,50	1,588
9	Eu sei como posso aceder a medidas de apoio ao nível da saúde.	1	5	3,79	1,560

10	Eu sei como posso aceder a medidas de apoio à formação/educação.	1	5	4,17	1,090
11	Eu tomo banho diariamente.	4	5	4,96	,204
12	Eu escovo os meus dentes diariamente.	1	5	4,75	,847
13	Eu sei como me afastar de situações que me possam prejudicar.	1	5	4,54	,932
14	Eu tenho para onde ir quando me sinto inseguro.	1	5	3,96	1,574
15	Sei dizer que não a uma relação íntima sexual quando não quero.	3	5	4,87	,448
16	Eu sei as formas de me proteger de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).	1	5	4,79	,833
17	Eu sei como prevenir uma gravidez.	4	5	4,96	,204
18	Eu sei onde ir para obter informação sobre sexo ou gravidez.	5	5	5,00	,000

Quanto aos resultados apresentados pelos participantes relativamente à subescala “Relacionamento e Comunicação” (tabela 5), constituída por 18 itens, é possível verificar que a mesma apresenta uma média de respostas de 4,29, numa escala de *likert* de 1 a 5.

O item 14 “Eu sei qual o objetivo do meu acolhimento” (M=4,92, DP=,282), o item 6 “Eu tenho amigos com quem gosto de estar que me ajudam a sentir apreciado e com valor” (M=4,83, DP=,482) e o item 3 “Eu sei como respeitar pessoas com diferentes crenças, opiniões e culturas” (M=4,83, DP=,482), são os que apresentam valores mais elevados. Contrariamente, o item 10 “Eu sei que posso ficar ao cuidado pelo menos de um adulto quando eu sair do acolhimento” (M=3,29, DP=1,899) é o que apresenta valores mais baixos de respostas, podendo ser considerado uma problemática nesta área de subescala.

Tabela 5. Descrição dos itens da subescala “Relacionamento e Comunicação”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu consigo falar por mim próprio.	3	5	4,71	,690
2	Eu sei como agir em situações sociais ou profissionais.	1	5	4,21	1,062
3	Eu sei como respeitar pessoas com diferentes crenças, opiniões e culturas.	3	5	4,83	,482

4	Eu consigo descrever a minha identidade racial e étnica.	2	5	4,63	,824
5	Eu consigo explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de género.	1	5	4,00	1,285
6	Eu tenho amigos com quem gosto de estar que me ajudam a sentir apreciado e com valor.	3	5	4,83	,482
7	Eu sou parte de uma família e nós cuidamos uns dos outros.	1	5	3,83	1,606
8	Eu consigo entrar em contacto com pelo menos um membro da família quando eu quero.	1	5	4,50	1,216
9	Eu tenho amigos ou família com quem estar nas férias e em ocasiões especiais.	1	5	4,50	1,022
10	Eu sei que posso ficar ao cuidado pelo menos de um adulto quando eu sair do acolhimento.	1	5	3,29	1,899
11	Eu conheço pelo menos um adulto, que pode ser avô/avó, tia ou tio dos meus filhos ou dos meus futuros filhos.	1	5	3,92	1,742
12	Os meus relacionamentos são livres de agressões físicas tais como, bater, esbofetear e agressões verbais, como humilhar, ser gozado ou insultado.	1	5	3,96	1,681
13	Eu sei os sinais de um relacionamento abusivo.	1	5	4,75	,847
14	Eu sei qual é o objetivo do meu acolhimento.	4	5	4,92	,282
15	Eu tenho informação sobre os membros da minha família.	1	5	4,17	1,239
16	Eu penso sobre como as minhas escolhas têm impacto nos outros.	1	5	4,00	1,348
17	Eu consigo lidar com a raiva sem magoar os outros ou danificar coisas.	1	5	3,63	1,408
18	Eu mostro aos outros que me preocupo com eles.	2	5	4,50	,885

No que diz respeito à subescala “Habitação e Gestão do Dinheiro” (tabela 6), com 23 itens na sua constituição, esta apresenta uma média de respostas de 3,75.

Os itens que apresentam os valores de média e desvio padrão mais elevados são: o item 23 “Eu sei como usar um transporte público para chegar onde eu preciso” ($M=4,88$, $DP=,448$), o item 20 “Eu sei o que me pode acontecer, segundo as leis do meu país, se for apanhado a conduzir sem seguro de carro ou carta de condução” ($M=4,71$, $DP=,751$) e o item 13 “Eu sei o que pode acontecer se não cumprir o contrato de arrendamento” ($M=4,67$, $DP=,868$). Enquanto que os itens 8 “Eu conheço as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com o cartão de crédito da loja” ($M=2,33$,

DP=1,736) e o item 7 “Eu consulto o meu banco online para manter o controlo do meu dinheiro” (M=3,00, DP=1,934), são os que apresentam valores mais baixos de respostas.

Tabela 6. Descrição dos itens da subescala “Habitação e Gestão de Dinheiro”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu compreendo o funcionamento das taxas de juro nos empréstimos ou compras com cartão de crédito.	1	5	3,46	1,503
2	Eu sei as desvantagens de fazer compras com o meu cartão de crédito.	1	5	3,67	1,711
3	Eu sei a importância de um limite de crédito.	1	5	4,00	1,474
4	Eu sei como gerir a minha conta bancária.	1	5	4,33	1,204
5	Eu coloco dinheiro na minha conta poupança quando posso.	1	5	3,17	1,786
6	Eu conheço um adulto que me iria ajudar se eu tivesse uma emergência financeira.	1	5	4,33	1,373
7	Eu consulto o meu banco <i>online</i> para manter o controlo do meu dinheiro.	1	5	3,00	1,934
8	Eu conheço as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com o cartão de crédito da loja.	1	5	2,33	1,736
9	Eu sei como encontrar uma casa segura e economicamente acessível.	1	5	3,42	1,640
10	Eu consigo calcular os custos ao mudar para uma casa nova, tais como os meus rendimentos, caução, valor da renda, existência de um fiador, eletrodomésticos e mobília.	1	5	3,75	1,391
11	Eu sei como preencher uma candidatura para ter apoio ao arrendamento de um apartamento.	1	5	3,29	1,628
12	Eu sei como obter ajuda de emergência para pagar a água, eletricidade e contas de gás.	1	5	3,25	1,871
13	Eu sei o que pode acontecer se não cumprir com o contrato de arrendamento.	2	5	4,67	,868
14	Eu sei explicar a importância de ter um seguro de arrendatário ou proprietário.	1	5	3,46	1,793
15	Eu conheço um adulto com quem poderia viver uns dias ou semanas se eu precisasse.	1	5	4,08	1,558
16	Eu conheço pelo menos um adulto que vive numa casa estável e segura e que me contacta regularmente,	1	5	3,92	1,586

	para além do meu gestor de caso ou outro profissional.				
17	Eu conheço um adulto que posso procurar para obter aconselhamento financeiro.	1	5	4,00	1,642
18	Eu faço o plano de gastos que devo pagar todos os meses.	1	5	3,71	1,546
19	Eu mantenho registos do dinheiro que recebo e das contas que pago.	1	5	3,04	1,732
20	Eu sei o que me pode acontecer, segundo as leis do meu país, se for apanhado a conduzir sem seguro de carro ou carta de condução.	2	5	4,71	,751
21	Eu consigo explicar como podemos renovar a carta de condução ou o cartão de cidadão.	1	5	4,42	1,283
22	Eu consigo calcular todos os custos do meu próprio carro, tais como registo, reparações, seguro e combustível.	1	5	3,29	1,805
23	Eu sei como usar um transporte público para chegar onde eu preciso.	3	5	4,88	,448

A quinta subescala, denominada “Planeamento da Carreira e Educação” e composta por 9 itens, apresenta uma média de respostas de 4,22.

Deste modo, e como se verifica na tabela 7, o item 9 “Eu conheço um adulto que me vai ajudar a candidatar para a formação ou educação depois do ensino obrigatório” ($M=4,50$, $DP=,978$) e o item 5 “Eu sei que tipo de formação (faculdade, escola profissional) eu preciso para o trabalho que eu quero fazer” ($M=4,46$, $DP=1,141$) são os que apresentam valores mais elevados em relação à média e desvio padrão. O item 4 “Recentemente conversei com um adulto que trabalha num emprego que eu gostaria de ter” ($M=3,79$, $DP=1,641$) e o item 7 “Eu sei como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a minha educação ou formação” ($M=3,92$, $DP=1,613$), são os que apresentam valores mais baixos relativamente às respostas dos participantes.

Tabela 7. Descrição dos itens da subescala “Planeamento da Carreira e Educação”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu sei como procurar estágios profissionais.	1	5	3,96	1,601
2	Eu sei como encontrar informação sobre formação profissional.	1	5	4,29	1,160

3	Eu consigo explicar os benefícios de fazer trabalho voluntário.	1	5	4,00	1,319
4	Recentemente conversei com um adulto que trabalha num emprego que eu gostaria de ter.	1	5	3,79	1,641
5	Eu sei que tipo de formação (faculdade, escola profissional) eu preciso para o trabalho que eu quero fazer.	1	5	4,46	1,141
6	Eu sei como concorrer para aceder à escola, formação ou trabalho que eu quero depois da escola secundária.	1	5	4,29	1,301
7	Eu sei como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a minha educação ou formação.	1	5	3,92	1,613
8	Eu falei com um adulto que cuida de mim sobre os meus planos de educação.	1	5	4,42	1,248
9	Eu conheço um adulto que me vai ajudar a candidatar para a formação ou educação depois do ensino obrigatório.	1	5	4,50	,978

A subescala “Trabalho e Estudos”, composta por 20 itens, apresenta uma média de respostas de 4,18. O item 14 “Eu tenho um adulto na minha vida que se preocupa a cerca de como estou na escola e no trabalho” (M=4,83, DP=,482) e o item 12 “Eu sei como obter os serviços de psicologia na minha escola” (M=4,67, DP=,816) são os que apresentam valores mais elevados (tabela 8). Quanto aos itens que representam os valores mais baixos em termos de respostas, tem-se o item 5 “Eu sei como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego” (M=3,17, DP=1,711), o item 10 “Eu sei como aceder/obter ao meu registo de saúde e registo criminal” (M=3,67, DP=1,579) e o item 13 “Eu sei onde posso obter ajuda para preencher um formulário de Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares (IRS)” (M=3,88, DP=1,541), podendo assim representar fragilidades nos participantes.

Tabela 8. Descrição dos itens da subescala “Trabalho e Estudos”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu sei como elaborar um currículo.	1	5	4,25	1,359
2	Eu sei como preencher um formulário para a candidatura de emprego	1	5	4,00	1,504
3	Eu sei como me preparar para uma entrevista de emprego.	1	5	4,42	1,139

4	Eu sei o que significam as informações no recibo do salário.	1	5	4,00	1,560
5	Eu sei como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego.	1	5	3,17	1,711
6	Eu sei quais são os direitos dos trabalhadores.	1	5	4,17	1,373
7	Eu sei o que é assédio sexual e discriminação.	1	5	4,50	1,251
8	Eu sei as razões pelas quais os contactos pessoais são importantes para arranjar emprego.	1	5	4,33	1,308
9	Eu sei como obter os documentos que preciso para o trabalho, como o Cartão de Cidadão e o registo criminal.	1	5	4,54	1,103
10	Eu sei como aceder/obter ao meu registo de saúde e registo criminal.	1	5	3,67	1,579
11	Eu conheço um adulto que irá comigo se eu precisar mudar de escola.	1	5	4,46	1,285
12	Eu sei como obter os serviços de psicologia na minha escola.	2	5	4,67	,816
13	Eu sei onde posso obter ajuda para preencher um formulário de Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares (IRS).	1	5	3,88	1,541
14	Eu tenho um adulto na minha vida que se preocupa a cerca de como estou na escola e no trabalho.	3	5	4,83	,482
15	Eu aceito receber críticas e orientações na escola ou no trabalho sem perder o controlo.	2	5	4,21	1,062
16	Eu sei como preparar-me para os exames e/ou apresentações.	1	5	4,08	1,283
17	Eu sei onde posso obter tutoria ou outro tipo de ajuda com os trabalhos escolares.	1	5	4,25	1,225
18	Eu revejo o meu trabalho para corrigir erros.	2	5	4,17	,963
19	Eu chego à escola ou ao trabalho a horas.	2	5	4,42	,974
20	Eu faço o meu trabalho bem e atempadamente.	3	5	4,38	,770

Por fim, no que diz respeito à última subescala “Projeção do Futuro” (tabela 9), esta é composta por 8 itens e apresenta uma média de respostas de 4,55.

O item 3 “Eu tenho bom relacionamento com um adulto de confiança de quem eu gosto e respeito” (M=4,71, DP=,624), o item 4 “Eu gosto de usar a minha experiência para ajudar outros jovens” (M=4,67, DP=,917) e o item 6 “Eu sinto que estou pronto para a próxima fase da minha vida” (M=4,67, DP=,637), apresentam os valores mais elevados. No entanto, os itens 7 “A maioria dos dias orgulho-me da maneira como vivo a minha vida” (M=4,38, DP=,824) e 8 “A maioria dos dias, sinto que tenho controlo de como a minha vida vai ser” (M=4,38, DP=,875, são os que apresentam valores mais baixos em termos de respostas dos participantes.

Tabela 9. Descrição dos itens da subescala “Projeção do Futuro”.

		Mn	Mx	M	DP
1	Eu acredito que posso influenciar a forma como a minha vida se vai desenrolar.	2	5	4,50	,885
2	Eu consigo ver-me no futuro como um adulto bem-sucedido.	1	5	4,50	,933
3	Eu tenho bom relacionamento com um adulto de confiança de quem eu gosto e respeito.	3	5	4,71	,624
4	Eu gosto de usar a minha experiência para ajudar outros jovens.	1	5	4,67	,917
5	Eu acredito que as minhas relações com os outros me irão ajudar a ter sucesso.	1	5	4,63	,924
6	Eu sinto que estou pronto para a próxima fase da minha vida.	3	5	4,67	,637
7	A maioria dos dias orgulho-me da maneira como vivo a minha vida.	2	5	4,38	,824
8	A maioria dos dias, sinto que tenho controlo de como a minha vida vai ser.	2	5	4,38	,875

3.6.2. Análise das diferenças das subescalas em função das características sociodemográficas.

De acordo com os objetivos propostos, foi analisada a existência de diferenças nas competências de vida diária, autocuidado, relacionamento e comunicação, habitação e gestão do dinheiro, trabalho e estudo, planeamento de carreira e educação e projeção do

futuro com as variáveis sociodemográficas: género, idade, ensino, trabalho e idade de primeira institucionalização.

Tendo em conta a pequena amostra que compõe o presente estudo, foram aplicados apenas testes não paramétricos. Assim, para analisar a existência de diferenças entre as subescalas suprarreferidas e as variáveis género, trabalho e ensino, foi aplicado o teste U de *Mann-Whitney*. Para a análise da relação entre as variáveis idade e idade da primeira institucionalização com a subescalas referidas, foi utilizado o teste Rô de *Spearman*.

No que diz respeito à existência de diferenças entre as subescalas em função do género, foi aplicado o teste U de *Mann-Whitney* para amostras independentes. Como se pode observar na tabela 10, apenas duas subescalas apresentam resultados significativos, com um nível de significância inferior a ,05. Pelo que podemos afirmar que existem diferenças significativas no índice de competências de habitação e gestão do dinheiro e de competências de trabalho e estudo, entre rapazes e raparigas. Assim, nas competências de habitação e gestão do dinheiro, verifica-se uma pontuação média mais elevada nos rapazes (M=93,66, DP=15,05) e mais baixa nas raparigas (M=78,66, DP=15,45). O mesmo se verifica nas competências de trabalho e estudo, com pontuações médias mais altas nos rapazes (M=91,75, DP=7,82) e mais baixas nas raparigas (M=77,00, DP=14,32).

Tabela 10. Análise das subescalas em função do género.

	U de <i>Mann-Whitney</i>	Z	P
Vida Diária	53,000	-1,101	,291
Autocuidado	56,000	-,926	,378
Relacionamento e Comunicação	45,000	-1,562	,128
Planeamento da Carreira e Educação	43,000	-1,689	,101
Projeção do Futuro	62,500	-,555	,590
Habitação e Gestão do Dinheiro	35,500	-2,110	,033
Trabalho e Estudos	22,500	-2,863	,003

Em relação à comparação das subescalas suprarreferidas em função da situação profissional, foi aplicado o teste U de *Mann-Whitney* para amostras independentes. Conforme a tabela seguinte, verifica-se um nível de significância superior a ,05 para todas

as subescalas não sendo possível confirmar a existência de diferenças significativas entre os grupos analisados.

Tabela 11. Análise das subescalas em função da situação profissional.

	U de Mann-Whitney	Z	P
Vida Diária	36,500	-,785	,446
Autocuidado	50,000	,178	,891
Relacionamento e Comunicação	58,000	,748	,489
Habitação e Gestão do Dinheiro	42,500	-,356	,731
Trabalho e Estudos	43,500	-,285	,783
Planeamento da Carreira e Educação	43,500	-,287	,783
Projeção do Futuro	71,000	1,689	,103

Para analisar a existência de diferenças entre as subescalas de competências de vida em função da frequência de ensino, foi também aplicado o teste U de *Mann-Whitney* para amostras independentes. Como se verifica na tabela 12, relativamente ao nível de significância, todas as subescalas apresentam valores superiores a ,05, não sendo possível identificar diferenças significativas.

Tabela 12. Análise das subescalas em função da frequência de ensino.

	U de Mann-Whitney	Z	p
Vida Diária	33,500	,175	,870
Autocuidado	25,500	-,525	,620
Relacionamento e Comunicação	9,000	-1,968	,052
Habitação e Gestão do Dinheiro	28,000	-,306	,805
Trabalho e Estudos	29,500	-,175	,870
Planeamento de Carreira e Educação	26,500	-,440	,680

Projeção do Futuro	14,000	-1,545	,145
---------------------------	--------	--------	------

Para analisar a relação entre a idade e as subescalas de competências de vida, foi aplicado o teste Rô de *Spearman*. Relativamente à análise das subescalas, os resultados mostram que não existe uma relação significativa entre as variáveis analisadas, uma vez que o valor de significância é superior a ,05 (tabela 13).

Tabela 13. Análise das subescalas em função da idade.

	Rô de <i>Spearman</i>	P
Vida Diária	-,139	,517
Autocuidado	-,224	,292
Relacionamento e Comunicação	-,149	,489
Habitação e Gestão do Dinheiro	-,382	,065
Trabalho e Estudos	-,203	,342
Planeamento de Carreira e Educação	-,130	,546
Projeção do Futuro	-,371	,074

No que diz respeito à verificação da relação entre a idade da primeira institucionalização e as subescalas de competências de vida, foi também aplicado o teste Rô de *Spearman*.

As subescalas de competências de autocuidado, relacionamento e comunicação, trabalho e estudo, planeamento de carreira e educação e projeção no futuro revelam valores de significância superiores a ,05, o que leva a concluir que não existe uma relação significativa entre a idade da primeira institucionalização dos participantes e as subescalas anteriormente referidas.

No entanto, como se verifica na tabela 14, as subescalas de competências de vida diária e habitação e gestão do dinheiro apresentam um nível de significância inferior a ,05 o que revela uma relação entre as variáveis analisadas.

Tabela 14. Análise das subescalas em função da idade da primeira institucionalização.

	Rô de <i>Spearman</i>	P
Vida Diária	,486	,016
Autocuidado	,296	,160
Relacionamento e Comunicação	,286	,176
Habitação e Gestão do Dinheiro	,444	,030
Trabalho e Estudos	,297	,158
Planeamento de Carreira e Educação	,153	,476
Projeção do Futuro	-,134	,532

3.7. Discussão de resultados.

Considerando o baixo número de participantes no presente estudo, torna-se difícil elaborar generalizações pelo que os resultados serão discutidos muito centrados na amostra.

Após a aplicação da Escala de Competências de Vida, foi possível verificar que o item 6 “Eu não faria publicações de fotografias ou mensagens se eu pensasse que iriam magoar os sentimentos de alguém” da subescala de competências de vida diária se encontrava na negativa. Deste modo, e por não existir certezas da correta compreensão dos jovens relativamente à afirmação anterior, este foi retirado da análise de dados para evitar enviesamento dos resultados.

As subescalas onde os participantes apresentam mais fragilidades prendem-se com as competências de habitação e gestão do dinheiro e competências de trabalho e estudos, contrariamente às subescalas competências de vida diária e competências de autocuidado. Relativamente às competências de vida diária, o saber aceder à internet revela-se uma área onde os participantes apresentam mais competências, mostrando conhecer os riscos inerentes ao uso da mesma, nomeadamente o facto de se encontrarem com pessoas que conhecem online. Ainda relacionado com as competências de vida diária, os participantes demonstraram saber realizar tarefas domésticas, mantendo o espaço onde vivem limpo.

Contrariamente, saber usar um extintor revelou-se uma área com pouco conhecimento, sugerindo que os jovens não sabem como usar um extintor em caso de emergência. Os participantes demonstram carências na área da nutrição, revelando pouca importância no impacto que uma má alimentação possa ter na sua saúde.

Quanto às competências de autocuidado apresentadas pelos jovens participantes, estes demonstram conhecimento sobre sexualidade, nomeadamente como prevenir uma gravidez e saber dizer que não a relações sexuais não desejadas. Na área da saúde também apresentam competências significativas, sabendo quando devem marcar consultas e quando devem recorrer aos serviços de urgência. Contudo, estes jovens revelam fracas competências em aceder a serviços de apoio, seja médico ou social, revelando-se assim uma área que deve ser mais trabalhada junto dos jovens.

As competências de relacionamento e comunicação abrangem áreas onde os jovens apresentam conhecimento, tais como agir em situações profissionais e sociais e respeitar diferentes opiniões e crenças. No entanto, a grande fragilidade apresentada por estes jovens foca-se na inexistência de acompanhamento pós a saída da instituição, seja por um familiar ou um adulto de confiança, o que vai de encontro aos resultados apresentados por Alves (2007) e Graham, Schellinger e Vaughn (2015) onde afirmam que o suporte familiar é essencial para a transição destes jovens para a vida independente, sob a probabilidade de reaparecimento de riscos devido à ausência de acompanhamento dos mesmos.

Uma das maiores fragilidades dos jovens participantes relacionava-se com as competências de habitação e gestão de dinheiro, onde se verifica que os jovens têm pouco conhecimento sobre gestão de contas bancárias, encontrar uma casa economicamente acessível e ainda na obtenção de apoio ao arrendamento de uma casa. Estas fragilidades vão de encontro aos resultados obtidos por Gonçalves et al. (2016) e de Thompson, Wojciak e Cooley (2018) reafirmando que as competências de habitação e gestão de dinheiro são parcas entre os jovens institucionalizados. Contudo, os jovens conhecem as consequências do não cumprimento de um contrato de arrendamento e demonstram conhecimento sobre como renovar o cartão de cidadão ou a carta de condução.

No que diz respeito às competências de planeamento da carreira e educação apresentadas pelos participantes, estes revelam conhecimento sobre a gestão do seu percurso académico e profissional, nomeadamente como procurar estágios profissionais. No entanto, saber encontrar apoio financeiro para a educação continua a ser uma fragilidade apresentada pelos participantes.

As competências de trabalho e estudos apresenta outra fragilidade nos participantes, principalmente no que diz respeito à obtenção de documentos essenciais para o percurso profissional e enquanto cidadão. Estes jovens demonstram poucos conhecimentos sobre a obtenção do registo de saúde ou do registo criminal e ainda na obtenção da isenção da Segurança Social para o primeiro emprego, podendo assim representar fragilidades nos participantes em conformidade com os resultados Thompson, Wojciak e Cooley (2018), onde 68% dos inquiridos não sabia como obter registos pessoais.

Por fim, no que diz respeito às competências de projeção do futuro, os jovens revelam ter um bom relacionamento com, pelo menos, um adulto de confiança o que suporta a afirmação de Graham, Schellinger e Vaughn (2015), em que o apoio familiar ou de um adulto de confiança é fulcral nesta fase de transição. Relativamente à preparação para a saída da instituição, os participantes revelam-se preparados, contrariamente aos resultados apresentados por Jones (2014), onde os jovens revelam estar pouco preparados para a vida independente.

Relativamente à existência de diferenças significativas nas subescalas, foram analisadas as seguintes variáveis independentes: género, idade, idade da primeira institucionalização, frequência escolar e trabalho. Verifica-se que não existência diferenças significativas das subescalas em função da idade, idade da primeira institucionalização, frequência escolar e trabalho. Tendo em conta que estas subescalas se inserem na autonomia funcional, estes resultados não são coincidentes com os estudos de Fleming (2005) em que se verifica que aos 16-17 anos, os rapazes apresentam um nível de autonomia superior ao das raparigas, sugerindo que os resultados estão associados à desobediência aos pais por parte dos rapazes, e por parte das raparigas encontram-se relacionados com a vinculação e pelo facto de estas se mostrarem mais suscetíveis às regras impostas pelos pais com o intuito de manterem as relações de proximidade. No entanto, existem outros estudos que não apresentam diferenças significativas entre o género (Neves, 2011).

No entanto, após a aplicação do teste U de *Mann-Whitney* para analisar a existência de diferenças significativas entre as subescalas competências de habitação e gestão do dinheiro e competências de trabalho e estudo, verificou-se que existem diferenças significativas no índice de competências de habitação e gestão do dinheiro e de competências de trabalho e estudo entre rapazes e raparigas. Nas duas subescalas que apresentam diferenças significativas, os rapazes apresentam um nível médio de respostas

superior ao das raparigas, em conformidade com o estudo de Neves (2011), onde os rapazes apresentam um valor médio de autonomia funcional, superior ao das raparigas.

Em relação às subescalas de competências de vida diária e competências de habitação e gestão do dinheiro em função da idade da primeira institucionalização, revelou-se uma relação entre as variáveis analisadas.

Conclusão.

No presente estudo, tendo em conta a análise das subescalas que compunham a Escala de Competências de Vida, é possível concluir que os participantes apresentam um nível de competências de vida muito razoável, com médias altas. As subescalas onde apresentam mais fragilidades prendem-se com as competências de habitação e gestão do dinheiro e competências de trabalho e estudos, contrariamente às subescalas competências de vida diária e competências de autocuidado, onde apresentam valores mais elevados. Relativamente aos medos experienciados pelos jovens relativamente ao seu futuro, estes baseiam-se na incerteza de “como a vida vai ser” e na probabilidade de não serem adultos bem-sucedidos.

O desenvolvimento das competências de vida está integrado no processo de autonomização do jovem, contudo importa referir que a autonomia se desenvolve de forma diferente tendo em conta diversos fatores. Assim, torna-se essencial que as instituições planeiem um projeto de autonomia focado nas necessidades de cada jovem e não de forma generalizada.

Mesmo que os jovens saiam das instituições quer por terem atingido a maioridade, quer por reintegração familiar, é de extrema importância o acompanhamento posterior e contínuo ao jovem. Esta lacuna é sentida pelos jovens que, após emancipação, se veem sozinhos e sem um adulto de referência a que recorrer. No caso da reintegração familiar, os elementos da família não sofreram reestruturação, logo o acompanhamento e o apoio na gestão de relações familiares é de extrema importância para o jovem.

Relativamente às limitações do estudo, a primeira e mais importante prende-se com a falta de disponibilidade por parte das instituições para a realização do estudo, levando assim a uma amostra de tamanho reduzido. Quanto às limitações inerentes à Escala de Competências de Vida, um dos itens encontrava-se formulado na negativa, levando a que os participantes não percebessem a verdadeira intenção do mesmo levando a um possível enviesamento de resultados. Através do feedback dado pelos participantes ao longo da recolha de dados, foi possível verificar que estes achavam a escala demasiado extensa, o que pôde levar a um desinteresse e, conseqüentemente, falta de rigor/sinceridade nas respostas dos jovens participantes.

Com a elaboração deste estudo pretendeu-se analisar quais as competências de vida dos jovens institucionalizados, percebendo se estavam aptos para viver independentemente ou não. Contudo, atendendo ao número reduzido de participantes,

pela falta de disponibilidade por parte das instituições e pela especificidade das características da amostra, não é possível retirar conclusões fidedignas para a população institucionalizada. Uma vez que a existência de estudos com estas dimensões é escassa, torna-se também impossível comparar resultados.

Considerando a falta de estudos na área da institucionalização, relacionando competências de vida com género, idade e idade da primeira institucionalização, seria de grande interesse aumentar o número de participantes, alargando o campo de estudo para todo o país, de modo a poder caracterizar esta população em relação às competências de vida que possuem. Considere-se, também, a criação de um grupo de controlo com jovens na mesma faixa etária, 15 aos 20 anos, que não estejam em sistema de acolhimento, para analisar eventuais diferenças entre grupos.

Referências Bibliográficas.

Alcoforado, J., Gaspar, J. e Santos, E. (2015). Desafios da autonomização: estudo das transições segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Psicologia Clínica*, 59(1), pp. 59-81.

Alves, S. (2007). Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude. Lisboa: ISCSP.

Andrade, S. *et alii*. (2014). Bem-estar emocional e implicações: estudo com crianças em acolhimento institucional. *Indagatio Didactica*, 6(3), pp. 159-174.

APAV, (2018). Apartamentos de autonomização. [Em linha]. Disponível em <https://www.apav.pt/apoios/index.php/accordion-a/criancas-e-jovens/apartamento-de-autonomizaca> [Consultado em 17/11/2018].

Barth, R. *et alii* (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation. *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), pp. 147-175.

Brickman, A., Dhy, S., e Cuthbert, P. (1991). A Supervised Independent-Living Orientation Program for Adolescents. *Child Welfare*, 70(1), pp. 69-80.

Brown, S. e Wilderson, D. (2010). Homelessness prevention for former foster youth: Utilization of transitional housing programs. In: Woodgate, R. L., Morakinyo, O., & Martin, K. M. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. Children And Youth Services Review, 82, pp. 280-300.

Calheiros, M., *et alii* (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção*, 3, pp. 242-294.

Carneiro, R. (2005). *Casa Pia de Lisboa. Um Projeto de Esperança: as estratégias de acolhimento das crianças em risco – relatório final*. Cascais, Principia.

Carvalho, T. & Manita, C. (2010) Perceções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. *In: Nogueira, C. et alii* (Eds.). *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, pp. 3326-3335.

Carvalho, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Colca, L. e Colca, C. (1996). Transitional Independent Living Foster Homes: A Step Towards Independence. *Children Today*, 24, pp. 7-11-

Collins, M. e Ward, R., (2011). Services and outcomes for transition-age foster care youth: Youths' perspectives. *In: Woodgate, R. L., Morakinyo, O., & Martin, K. M.* (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. *Children And Youth Services Review*, 82, pp. 280-300.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJCJ) (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade – 2016*. Lisboa.

Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976, Série I.

Cordeiro, L. *et alii* (2016). Projetos de vida em Lares de Infância e Juventude: Perspetivas dos técnicos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7, pp. 83-92.

Courtney, M., Lee, J., e Perez, A. (2011). Receipt of help acquiring life skills and predictors of help receipt among current and former foster youth. *Children And Youth Services Review*, 33, pp. 2442-2451.

Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro. Diário da República n.º 12 – Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa.

Del Valle, J. e Quintanal, J. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo. Asaci.

Edelstein, S., e Lowenstein, C. (2014). Supporting youth transitioning out of foster care. Issue brief 3: Employment programs. In: Woodgate, R., Morakinyo, O., e Martin, K. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. Children And Youth Services Review, 82, pp. 280-300.

Fernandes, M. e Silva, M. (1996). *Lar para Crianças e Jovens – Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.

Fleming, M. (2005). Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence. *Australian Journal of Education and Development Psychology*, 5, pp. 1-16.

Garrett, L. (2000). Money management and students. DollarSense, 2.

Gaspar, J. P. (2013). Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas. *Polém!ca*, 12 (1), pp. 7-22.

Geenen, S., e Powers, L. E. (2007). “*Tomorrow is another problem*”. *The experiences of youth in foster care during their transition into adulthood*. Children And Youth Services Review.

General Accounting Office, (1999). Foster care: Effectiveness of independent living services unknown. Washington D. C In: Woodgate, R., Morakinyo, O., e Martin, K. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. Children And Youth Services Review, 82, pp. 280-300.

Georgiades, S., (2005). A multi-outcome evaluation of an independent living program. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23, pp. 417-439.

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Texto Editores, LDA.

Gonçalves, A. et alii (2016). *Jovens em sistema de acolhimento: competências de vida diária, autocuidado, habitação e gestão do dinheiro*. Dissertação de Mestrado em

Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Católica Portuguesa, Braga.

Goodkind, S., Schelbe, L. e Shook, J. (2011). Why youth leave care: Understandings of adulthood and transition successes and challenges among youth aging out of child welfare. *Children and Youth Services Review*, 33, pp. 1039-1048.

Graham, K. E., Schellinger, A. R., e Vaughn, L. M. (2015). Developing strategies for positive change: Transitioning foster youth to adulthood. *Children And Youth Services Review*, 54, pp. 71-79.

Instituto da Segurança Social (2006). *Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Instituto de Segurança Social, Lisboa.

Instituto da Segurança Social (2007). *Lar de Infância e Juventude: Manual de Processos-chave*. Instituto de Segurança Social, Lisboa.

Instituto da Segurança Social (2014). *Plano de Intervenção*. Instituto de Segurança Social, Lisboa.

Instituto da Segurança Social (2018). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, Lisboa.

Jones, L., e Lansdverk, J. (2006). Residential education: Examining a new approach for improving outcomes for foster youth. In: Woodgate, R. L., Morakinyo, O., & Martin, K. M. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. *Children And Youth Services Review*, 82, pp. 280-300.

Jones, L.P. (2014). Former Foster Youths Perspectives on Independent Living Preparation Six Months After Discharge. *Child Welfare*, 93(1), pp. 99-126

Kroner, M. (2007). The role of housing in the transition process of youth and young adults: A twenty-year perspective. *New Directions for Youth Development*, 113, pp. 51-75.

Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*. Diário da República, 204, Série I-A. Lisboa.

Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto. Diário da República n.º 193/2003, Série I-A. Lisboa.

Liabo, K. *et alii* (2017). Leaving foster or residential care: a participatory study of care leavers' experiences of health and social care transitions. *Child: Care, Health & Development*, 43(2), pp. 182-191.

Lourenço, A. (2014). *Avaliação do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com Jovens Institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado em Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Mares, A.S. (2010) An assessment of independent living needs among emancipating foster youth. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 27, pp. 79–96 In: Yelick, A. (2017). *Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO)*. *Child & Family Social Work*, 22(1), pp. 515-526.

Mares, A.S. & Kroner, M.J. (2011) Lighthouse independent living program: predictors of client outcomes at discharge. *Children and Youth Services Review*, 33, 1749–1758. In: Yelick, A. (2017). *Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO)*. *Child & Family Social Work*, 22(1), pp. 515-526.

Matos, M.G. (2005). *Comunicação, Gestão de Conflitos e Saúde na Escola*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

Mendes, P., Baidawi, S., & Snow, P. (2014). Young people transitioning from out-of-home care: A critical analysis of leaving care policy, legislation and housing support in the Australian state of Victoria. In: Woodgate, R. L., Morakinyo, O., & Martin, K. M. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. *Children And Youth Services Review*, 82, pp. 280-300.

Moré, C., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), pp. 519- 528.

Neves, M. (2011). Autonomia e Satisfação com a Vida em Jovens Institucionalizados. Dissertação de mestrado Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal.

Olson, A., Scherer, D. G., e Cohen, A. L. (2017). Decision-making skills of emerging adults aging out of foster care. *Children & Youth Services Review*, 82, pp. 81-86.

Peixoto, C. *et alii* (2009). Autonomia de vida: Desenvolvimento de competências nos jovens em acolhimento institucional. *Pretextos*, 24, pp. 3-5.

Petr, C.G. (2006). Foster care independent living services: youth perspectives. Families in society. The Journal of Contemporary Social Services, 89, pp. 100–108 In: Yelick, A. (2017). *Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO)*. Child & Family Social Work, 22(1), pp. 515-526.

Raymond, I. e Heseltine, K. (2008). What does it mean to be na adult? Perceptions of young men in residential care. *Child Youth Care Forum*, 37, pp. 197-208.

Reis, V. (2009). *Crianças e Jovens em Risco (Contributos para a organização de critérios para a avaliação de factores de risco)*. Tese de Doutoramento em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sani, A. e Caridade, S. (2016). Intervenção em Contextos de Acolhimento Institucional com Crianças e Jovens Vítimas de Violência. In: Sani, A. e Caridade, S. (2016). *Práticas de Intervenção na Violência e no Crime*. Pactor, Lisboa, pp. 19-30.

Scannapieco, M., Smith, M., e Blakeney-Strong, A. (2015). Transition from foster care to independent living: Ecological predictors associated with outcomes. In: Woodgate, R., Morakinyo, O., e Martin, K. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. Children And Youth Services Review, 82, pp. 280-300.

Silva, M. (2004). Crianças e Jovens a cargo de instituições: riscos reversíveis/irreversíveis. In Silva, M., Fonseca A., Alcoforado L., Vilar, M. & Vieira, C. (Ed), *Crianças e Jovens em Risco: da investigação à intervenção*. Coimbra, Almedina, pp. 83-113.

Silva, C. e Vieira, D. (2009). Residência de autonomização: Um passo para o futuro. *Pretextos*, 34, pp. 10-12.

Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e à Faculdade de Economia, Coimbra, Portugal.

Souza, L. (2010). Estratégias de aprendizagem e fatores motivacionais relacionados. *Educar, Curitiba*, 36, pp. 95-107.

Stein, M. (2005). *Resilience and young people leaving care*. York: Joseph Rowntree Foundation.

Thompson, H. M., Wojciak, A. S., e Cooley, M. E. (2018). The experience with independent living services for youth in care and those formerly in care. *Children And Youth Services Review*, 84, pp. 17-25.

Unicef, (2004). Convenção sobre os direitos das crianças [Em linha]. Disponível em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf. [Consultado em 17/04/2018].

Unicef, (2018). Direitos da Criança. [Em linha]. Disponível em <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111>. [Consultado em 17/04/2018].

Uzoobo, V., Kioko, M. & Jones, R. (2008) Deconstructing youth transition to adulthood services: lessons learned from the VISIONS program. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 3, pp. 37–41 In: Yelick, A. (2017). Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO). *Child & Family Social Work*, 22(1), pp. 515-526.

Valentine, E. J., Skemer, M., e Courtney, M. E. (2015). Becoming adults: One-year impact findings from the youth villages transitional living evaluation. In: Woodgate, R.

L., Morakinyo, O., & Martin, K. M. (2017). *Interventions for youth aging out of care: A scoping review*. *Children And Youth Services Review*, 82, pp. 280-300.

Woodgate, R., Morakinyo, O., e Martin, K. (2017). Interventions for youth aging out of care: A scoping review. *Children And Youth Services Review*, 82, pp. 280-300.

Yelick, A. (2017). Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO). *Child & Family Social Work*, 22(1), pp. 515-526.

Anexos

Anexo A – Parecer da Comissão de Ética



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

Do conhecimento à
clima e orientação(a).
Ferreira
04/07/2018

Exma. Senhora
Prof. Doutora Inês Gomes
Diretora da FCHS

Porto, 02 de Julho de 2018

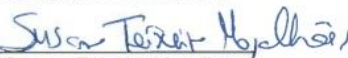
Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de apreciado o projeto de investigação de Ana Catarina Neves da Silva, intitulado "Do acolhimento à autonomização: competências de vida de jovens institucionalizados", considera que o estudo pode ser aprovado condicionalmente, pelo seguinte motivo:

- O processo através do qual se contacta com os participantes ou representantes legais não é descrito.
- O modo como será obtido o Consentimento Informado dos mesmos também não é descrito: o acesso aos participantes; o procedimento de obtenção do CI – contacto com os participantes ou representantes legais, assinatura do mesmo).

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da
Comissão de Ética da UFP


Susana Teixeira Magalhães



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

MPC 502 057 602 - Reg. Comercial nº 26 Conservatório de Registo Comercial do Porto
REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Ciência e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T +351 22 507 1300 - F +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde] R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T +351 22 507 4630 - F +351 22 507 4637 - R. Delém Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal
T +351 22 509 6371 - geral.saude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Bertiandos - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T +351 258 741 026 - F +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt

Anexo B

Escala de Competências de Vida⁶ (Gonçalves, Macedo, Pinto & Azeredo, 2016)

Instruções de Preenchimento

Cada uma das seguintes afirmações que se seguem servem para avaliar as suas competências de autonomia de vida. Não há respostas certas ou erradas, sendo todas possíveis. Leia cuidadosamente cada uma das afirmações e responda de forma verdadeira, espontânea e rápida a cada uma delas. Assinale com uma cruz (x) no quadrado respetivo a resposta que pensa que mais se adequa às suas competências de vida diárias.

Para responder tenha em atenção a seguinte escala:

1 – Não; 2 – A maioria das vezes não, 3 – Às vezes; 4 – A maioria das vezes sim; 5 – Sim

Competências de Vida Diárias					
Planeamento e preparação das refeições, compras de alimentos, limpezas e manutenção da casa e noções básicas de utilização da internet.					
As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu sei como aceder à Internet.					
Eu consigo encontrar o que quero na Internet.					
Eu sei como usar a minha conta de <i>email</i> .					
Eu sei criar, guardar, imprimir e enviar documentos do computador.					
Eu conheço os riscos de me encontrar com uma pessoa que conheci <i>online</i> .					
Eu não faria publicações de fotografias ou mensagens se eu pensasse que iriam magoar os sentimentos de alguém.					
Se alguém me enviar mensagens <i>online</i> que me façam sentir mal ou com medo, eu saberei o que fazer ou a quem contar.					

⁶ A marca de água foi introduzida neste anexo para evitar a reprodução do instrumento sem autorização. Não existe na versão administrada aos participantes.

Eu conheço pelo menos um adulto, para além do técnico/gestor de referência, que iria atender um telefonema meu a meio da noite se eu tivesse uma emergência.					
Um adulto que eu confio, para além do técnico/gestor de referência, contacta-me para saber como eu estou regularmente.					
Quando vou às compras de comida, eu faço uma lista e comparo preços.					
Eu consigo fazer refeições com ou sem receita.					
Eu penso sobre a minha alimentação e qual o impacto na minha saúde.					
Eu sei ler o conteúdo dos rótulos de produtos alimentares relativos à quantidade de gordura, açúcar, sal e calorias dos alimentos.					
Eu sei como lavar a minha roupa na máquina.					
Eu mantenho o espaço onde vivo limpo.					
Eu sei que produtos de limpeza devo usar nas diferentes áreas da casa, designadamente na cozinha e na casa de banho.					
Eu sei passar a ferro.					
Eu sei como usar um extintor.					

Competências de Autocuidado

Desenvolvimento físico e emocional saudável, assim como higiene pessoal, cuidar da própria saúde e prevenção da gravidez.

As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Sei fazer curativos a pequenas feridas e o que fazer quando estou doente.					
Quando preciso sei como obter cuidados médicos e dentários.					
Eu sei como marcar as minhas consultas médicas e dentárias.					
Eu sei quando devo ir às urgências em vez de ir ao consultório médico.					

Eu conheço a história médica da minha família.					
Eu tenho pelo menos um adulto de confiança que me iria visitar se eu estivesse no hospital.					
Tenho pelo menos um adulto em quem confio que legalmente pode tomar decisões médicas por mim e falar por mim caso esteja incapaz de o fazer.					
Eu sei como posso aceder a medidas de apoio social.					
Eu sei como posso aceder a medidas de apoio ao nível da saúde.					
Eu sei como posso aceder a medidas de apoio à formação/educação.					
Eu tomo banho diariamente.					
Eu escovo os meus dentes diariamente.					
Eu sei como me afastar de situações que me possam prejudicar.					
Eu tenho para onde ir quando me sinto inseguro.					
Sei dizer que não a uma relação íntima sexual quando não quero.					
Eu sei as formas de me proteger de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).					
Eu sei como prevenir uma gravidez.					
Eu sei onde ir para obter informação sobre sexo ou gravidez.					

Competências de Relacionamento e Comunicação

Desenvolvimento e manutenção de relacionamentos saudáveis, conhecimento cultural e ligação permanente com cuidadores adultos.

As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu consigo falar por mim próprio.					
Eu sei como agir em situações sociais ou profissionais.					
Eu sei como respeitar pessoas com diferentes crenças, opiniões e culturas.					

Eu consigo descrever a minha identidade racial e étnica.					
Eu consigo explicar a diferença entre orientação sexual e identidade de género.					
Eu tenho amigos com quem gosto de estar que me ajudam a sentir apreciado e com valor.					
Eu sou parte de uma família e nós cuidamos uns dos outros.					
Eu consigo entrar em contacto com pelo menos um membro da família quando eu quero.					
Eu tenho amigos ou família com quem estar nas férias e em ocasiões especiais.					
Eu sei que posso ficar ao cuidado pelo menos de um adulto quando eu sair do acolhimento.					
Eu conheço pelo menos um adulto, que pode ser avô/avó, tia ou tio dos meus filhos ou dos meus futuros filhos.					
Os meus relacionamentos são livres de agressões físicas tais como, bater, esbofetear e agressões verbais, como humilhar, ser gozado ou insultado.					
Eu sei os sinais de um relacionamento abusivo.					
Eu sei qual é o objetivo do meu acolhimento.					
Eu tenho informação sobre os membros da minha família.					
Eu penso sobre como as minhas escolhas têm impacto nos outros.					
Eu consigo lidar com a raiva sem magoar os outros ou danificar coisas.					
Eu mostro aos outros que me preocupo com eles.					

Habitação e Gestão de Dinheiro					
Gestão de contas bancárias, procurar e manter uma casa acessível e viver dentro das próprias possibilidades.					
As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu compreendo o funcionamento das taxas de juro nos empréstimos ou compras com cartão de crédito.					
Eu sei as desvantagens de fazer compras com o meu cartão de crédito.					
Eu sei a importância de um limite de crédito.					
Eu sei como gerir a minha conta bancária.					
Eu coloco dinheiro na minha conta poupança quando posso.					
Eu conheço um adulto que me iria ajudar se eu tivesse uma emergência financeira.					
Eu consulto o meu banco <i>online</i> para manter o controlo do meu dinheiro.					
Eu conheço as vantagens e desvantagens de usar um cheque pré-datado ou pagamento com o cartão de crédito da loja.					
Eu sei como encontrar uma casa segura e economicamente acessível.					
Eu consigo calcular os custos ao mudar para uma casa nova, tais como os meus rendimentos, caução, valor da renda, existência de um fiador, eletrodomésticos e mobília.					
Eu sei como preencher uma candidatura para ter apoio ao arrendamento de um apartamento.					
Eu sei como obter ajuda de emergência para pagar a água, eletricidade e contas de gás.					
Eu sei o que pode acontecer se não cumprir com o contrato de arrendamento.					
Eu sei explicar a importância de ter um seguro de arrendatário ou proprietário.					
Eu conheço um adulto com quem poderia viver uns dias ou semanas se eu precisasse					

Eu conheço pelo menos um adulto que vive numa casa estável e segura e que me contacta regularmente, para além do meu gestor de caso ou outro profissional.					
Eu conheço um adulto que posso procurar para obter aconselhamento financeiro.					
Eu faço o plano de gastos que devo pagar todos os meses.					
Eu mantenho registos do dinheiro que recebo e das contas que pago.					
Eu sei o que me pode acontecer, segundo as leis do meu país, se for apanhado a conduzir sem seguro de carro ou carta de condução.					
Eu consigo explicar como podemos renovar a carta de condução ou o cartão de cidadão.					
Eu consigo calcular todos os custos do meu próprio carro, tais como registo, reparações, seguro e combustível.					
Eu sei como usar um transporte público para chegar onde eu preciso.					

Trabalho e Estudos

Noções de emprego, questões legais, competências de estudo e gestão de tempo.

As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu sei como elaborar um currículo.					
Eu sei como preencher um formulário para a candidatura de emprego.					
Eu sei como me preparar para uma entrevista de emprego.					
Eu sei o que significam as informações no recibo do salário.					
Eu sei como preencher um formulário de pedido de isenção da Segurança Social para o primeiro emprego.					
Eu sei quais são os direitos dos trabalhadores.					
Eu sei o que é assédio sexual e discriminação.					

Eu sei as razões pelas quais os contactos pessoais são importantes para arranjar emprego.					
Eu sei como obter os documentos que preciso para o trabalho, como o Cartão de Cidadão e o registo criminal.					
Eu sei como aceder/obter ao meu registo de saúde e registo criminal.					
Eu conheço um adulto que irá comigo se eu precisar mudar de escola.					
Eu sei como obter os serviços de psicologia na minha escola.					
Eu sei onde posso obter ajuda para preencher um formulário de Imposto sobre Rendimentos de pessoas Singulares (IRS).					
Eu tenho um adulto na minha vida que se preocupa a cerca de como estou na escola e no trabalho.					
Eu aceito receber críticas e orientações na escola ou no trabalho sem perder o controlo.					
Eu sei como preparar-me para os exames e/ou apresentações.					
Eu sei onde posso obter tutoria ou outro tipo de ajuda com os trabalhos escolares.					
Eu revejo o meu trabalho para corrigir erros.					
Eu chego à escola ou ao trabalho a horas.					
Eu faço o meu trabalho bem e atempadamente.					

Planeamento da Carreira e Educação

Planeamento para a carreira e estudos superiores que sejam pertinentes para um jovem adulto.

As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu sei como procurar estágios profissionais.					
Eu sei como encontrar informação sobre formação profissional.					

Eu consigo explicar os benefícios de fazer trabalho voluntário.					
Recentemente conversei com um adulto que trabalha num emprego que eu gostaria de ter.					
Eu sei que tipo de formação (faculdade, escola profissional) eu preciso para o trabalho que eu quero fazer.					
Eu sei como concorrer para aceder à escola, formação ou trabalho que eu quero depois da escola secundária.					
Eu sei como encontrar ajuda financeira para ajudar a pagar a minha educação ou formação.					
Eu falei com um adulto que cuida de mim sobre os meus planos de educação.					
Eu conheço um adulto que me vai ajudar a candidatar para a formação ou educação depois do ensino obrigatório.					

Projeção do Futuro

Nível de confiança dos jovens e sentimentos internos importantes para o sucesso.

As seguintes informações são como eu:	1	2	3	4	5
Eu acredito que posso influenciar a forma como a minha vida se vai desenrolar.					
Eu consigo ver-me no futuro como um adulto bem-sucedido.					
Eu tenho bom relacionamento com um adulto de confiança de quem eu gosto e respeito.					
Eu gosto de usar a minha experiência para ajudar outros jovens.					
Eu acredito que as minhas relações com os outros me irão ajudar a ter sucesso.					
Eu sinto que estou pronto para a próxima fase da minha vida.					
A maioria dos dias orgulho-me da maneira como vivo a minha vida.					
A maioria dos dias, sinto que tenho controlo de como a minha vida vai ser.					

Anexo C – Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico

Género:

Masculino ☐

Feminino ☐

Idade:

15-17 ☐

18-20 ☐

+21 ☐

Naturalidade: _____

Idade da primeira institucionalização: _____

Estudas? Sim ☐ Não ☐

Se sim:

Ano de Escolaridade: 3.º Ciclo ☐ Secundário ☐ Ensino Superior ☐

Trabalhas? Sim ☐ Não ☐

Se sim:

Part-time ☐ Tempo Inteiro ☐

Anexo D – Pedido de Autorização a autores do questionário

11/04/2018

Google Apps da Universidade Fernando Pessoa Correio - Pedido autorização utilização escala de competências de vida



Ana Catarina Neves da Silva <29149@ufp.edu.pt>

Pedido autorização utilização escala de competências de vida 3

mensagens

Ana Sacau <pssacau@ufp.edu.pt>
Para: armanda.braga@gmail.com
Cc: Ana Catarina Neves da Silva <29149@ufp.edu.pt>

27 de março de 2018 às 10:59

Estimada Professora Armanda Gonçalves.

O meu nome é Ana Sacau. Sou professora de criminologia na Universidade Fernando Pessoa e estou a orientar a dissertação de mestrado de Ana Neves sobre as competências para a autonomia de vida de jovens que se encontram em acolhimento residencial.

A pesquisa bibliográfica levou-nos a uma dissertação orientada por si sobre esta temática. Essa dissertação de Ana Raquel Azeredo apresenta uma escala de competências (Escala de Competências de Vida de Gonçalves, Macedo, Pinto & Azeredo, 2016) que se adapta perfeitamente aos nossos objetivos.

Venho assim por este meio pedir autorização para utilizar a escala no nosso estudo.

Atentamente,
Ana Sacau

Professora Associada
Coordenadora do 1º e 2º ciclo em Criminologia
Universidade Fernando Pessoa
[Praça 9 de Abril, 349](#)
4249-004
Porto - Portugal

Armanda Gonçalves <armanda.braga@gmail.com>
Para: Ana Sacau <pssacau@ufp.edu.pt>
Cc: Ana Catarina Neves da Silva <29149@ufp.edu.pt>

9 de abril de 2018 às 10:22

Cara Professora Ana Sacau

Espero encontrá-la bem e que tenham passado uma boa Páscoa.

Agradecemos o vosso interesse no instrumento para o vosso trabalho de investigação.

No âmbito de alguns trabalhos de dissertação fizemos um primeiro estudo com o mesmo no sentido de proceder à sua validação (Dissertação Ana Raquel e da colega Aldara Macedo, e ainda de uma terceira aluna que por motivos pessoais não teve ainda oportunidade de concluir os trabalhos).

Autorizamos a utilização da escala e ficamos ao dispor para qualquer informação adicional que possam necessitar.

Todavia, e estando o trabalho em ainda em curso, gostaríamos de solicitar o acesso aos dados obtidos com o instrumento para complementar o trabalho que estamos a desenvolver.

Com os melhores cumprimentos

Armanda Gonçalves
[Citação ocultada] -
-
Armanda Gonçalves

Anexo E – Consentimento Informado (maiores de 18 anos)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

**Do acolhimento à autonomização: competências de vida de jovens
institucionalizados**

-----**Eu, abaixo-assinado, (nome completo do participante no estudo)**-----
-----,

compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serei incluído. Foram esclarecidos os objetivos do presente estudo, nomeadamente: perceber quais as necessidades demonstradas pelos jovens institucionalizados em relação à transição para a vida independente. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do participante no projeto: _____

O Investigador responsável: _____

Anexo F – Consentimento Informado (menores de 18 anos)

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

**Do acolhimento à autonomização: competências de vida de jovens
institucionalizados**

-----**Eu, abaixo-assinado (nome completo)**-----

-----**,responsável pelo participante no projeto (nome completo)**-----

-----,
compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foram esclarecidos os objetivos do presente estudo, nomeadamente: perceber quais as necessidades demonstradas pelos jovens institucionalizados em relação à transição para a vida independente. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: ____/____/20__

Assinatura do Responsável pelo participante no projeto: _____

O Investigador responsável: _____